DIÁRIO OFICIAL

DO DISTRITO FEDERAL

BRASÍLIA, segunda-feira, 13 de abril de 1981 — ANO V - Nº 70

ATOS DO GOVERNADOR

DECRETOS

DECRETO Nº 5.892, DE 10 DE ABRIL DE 1981

Inclui Funções do Grupo-Direção e Assistência Intermediárias na Tabela de Pessoal do Distrito Federal.

O GOVERNADOR DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 20, inciso II, da Lei nº 3.751, de 13 de abril de 1960, e tendo em vista o que dispõem os artigos 4º, item I e 5º, do Decreto nº 5.065, de 18 de janeiro de 1980,

DECRETA:

Art. 1º — Ficam incluídas, na forma do Anexo, na Tabela de Pessoal do Distrito Federal — Parte referente à Secretaria de Finanças do Distrito Federal, Funções do Grupo-Direção e Assistência Intermediárias obtidas mediante transformação das Funções em Comissão ali indicadas.

Art. 2º — Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 10 de abril de 1981.
93º da República e 21ª de Brasília

AIMÉ ALCIBÍADES SILVEIRA LAMAISON
ARMANDO RENAN D'AVILA DUARTE
JOSÉ ANTONIO AROCHA DA CUNHA
FERNANDO TUPINAMBÁ VALENTE

DECRETO Nº 5.892, DE 10 DE ABRIL DE 1981
GRUPO DIREÇÃO E ASSISTÊNCIA INTERMEDIÁRIAS

FUNÇÕES EM COMISSÃO (FC) TRANSFORMADAS			FUNÇÕES DO GRUPO DIREÇÃO E ASSISTÊNCIA INTERMEDIÁRIAS, RESULTANTES DA TRANSFORMAÇÃO DAS FUNÇÕES EM COMISSÃO (FC)			
NÚMERO	DENOMINAÇÃO	SÍMBOLO	NÚMERO	DENOMINAÇÃO	CÓDIGO	CORRELAÇÃO
				SECRETARIA DE FINANÇAS DEPARTAMENTO DA RECEITA DIVISÃO DA RECEITA DO GAMA		
01	CHEFE DA SEÇÃO DA RECEITA	FC-03	01	CHEFE DA SEÇÃO DA RECEITA	DAI-111.3	CONTROLADOR DA ARRECADAÇÃO
01	CHEFE DA SEÇÃO DE INFORMAÇÕES ECONÔMICO-FISCAIS	FC-04	01	CHEFE DA SEÇÃO DE INFORMAÇÕES ECONÔMICO-FISCAIS	DAI-111.3	AGENTE ADMINISTRATIVO

DECRETO Nº 5.893, DE 10 DE ABRIL DE 1981

Regulamenta o Concurso Bolão Fiscal instituído pelo Decreto nº 3.069, de 26 de novembro de 1975 e dá outras providências.

O GOVERNADOR DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 20, inciso II, da Lei nº 3.751, de 13 de abril de 1960,

DECRETA:

CAPÍTULO I

Do Concurso e dos Sorteios

Art. 1º — A realização do Concurso Bolão Fiscal, instituído pelo Decreto nº 3.069, de 26 de novembro de 1975, na forma do disposto no artigo 208 do Decreto-Lei nº 82, de 26 de dezembro de 1966, obedecerá as normas estabelecidas neste Decreto.

Art. 2º — O Concurso consistirá no sorteio e distribuição de prêmios em dinheiro e ou mercadorias, que terão quantidade e especificação fixadas mediante Decreto.

Art. 3º — O Concurso objetiva premiar os colaboradores da Fazenda na fiscalização e arrecadação dos Impostos sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana — IPTU, sobre operações relativas à Circulação de Mercadorias — ICM e Sobre Serviços — ISS.

CAPÍTULO II

Do Sorteio Relativo ao IPTU

Art. 4º — Para realização do sorteio relativo ao IPTU, será utilizada a numeração dos avisos-recibo constante do lançamento do imposto, no respectivo exercício.

Parágrafo único — O número sorteado indicará o endereço do imóvel através do qual o concorrente participará do Concurso.

Art. 5º — Quando o número sorteado indicar imóvel não desmembrado em unidades autônomas proceder-se-á a sorteio entre as unidades existentes, para atribuição do prêmio.

SEÇÃO I

Dos Concorrentes e da Responsabilidade pelo Pagamento do Imposto

Art. 6º — Considera-se concorrente ao prêmio relativo ao IPTU, o responsável pelo efetivo pagamento do imposto referente ao imóvel cujo endereço for sorteado.

Parágrafo único — A responsabilidade será comprovada mediante apresentação de um ou mais dos seguintes documentos, vigentes à data da realização do sorteio:

a) — título de propriedade;
b) — contrato de locação;
c) — declaração do proprietário;
d) — declaração de firma administradora de imóveis; e
e) — outros documentos legais.

SEÇÃO II

Da Qualificação

Art. 7º — O responsável pelo efetivo pagamento do imposto referente ao imóvel cujo endereço houver sido sorteado, ou seu representante, se obriga a qualificar-se junto à Comissão de Campanhas de Incentivo à Arrecadação-CCIA mediante requerimento instruído com os seguintes documentos:

ÍNDICE

PÁGINA

ATOS DO GOVERNADOR 1
GABINETE CIVIL 4
SECRETARIA DO GOVERNO 4
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇAO 6
SECRETARIA DE FINANÇAS 8
SECRETARIA DE EDUCAÇAO E CULTURA 8
SECRETARIA DE VIAÇAO E OBRAS 10
SECRETARIA DE SEGURANÇA PUBLICA 10
PROCURADORIA GERAL 10
TRIBUNAL DE CONTAS 12
EDITAIS, AVISOS E DECLARAÇOES 18

MATERIAS PARA PUBLICAÇÃO

A entrega de matérias para publicação no "Diário Oficial" será feita na Divisão de Divulgação da SEA, 3º andar do Anexo I do Palácio do Buriti, de 08:00 às 15:00 horas, sem interrupção.

ASSINATURAS

As assinaturas para fora da Capital da República somente serão anuais.

— As assinaturas vencidas serão suspensas sem prévio aviso.

— Para evitar interrupção na remessa do órgão oficial, a renovação de assinatura deve ser solicitada com 30 (trinta) dias de antecedência.

— As assinaturas dos órgãos públicos serão anuais e deverão ser renovadas até 31 de janeiro de cada ano.

— Os suplementos às edições serão vendidos, separadamente, na Seção de Distribuição, no andar térreo do Anexo do Buriti.

— Os pedidos de assinaturas de servidores devem ser encaminhados com comprovante de sua situação funcional.

GDF
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
DIARIO OFICIAL
DO DISTRITO FEDERAL

Orgão Oficial de Divulgação do Governo do Distrito Federal Editado pela Divisão de Divulgação da SEA.

EXPEDIENTE

DIRETOR
ANTONIO CASTELO BRANCO

Redação e Administração:
Anexo I do Palácio do Buriti - 3º andar

Composição e impressão nas oficinas do "Jornal de Brasília"

TELEFONES:

REDAÇAO: Direto: 225-7803
PABX - 225- 6830 - Ramal 312

OFICINAS - Direto . 226-4357
PABX - 225-2515 Ramal 27

ASSINATURAS
REPARTIÇÕES E PARTICULARES

Anual ..... Cr$ 1.220,00
Semestral ..... Cr$ 610,00

FUNCIONÁRIOS

Anual ..... Cr$ 900,00
Semestral ..... Cr$ 450,00

OBSERVAÇÃO

Para remessa através da ECT, o valor da assinatura será acrescido da taxa respectiva

MATÉRIA PAGA

Por centímetro de coluna.

Orgãos Governamentais (GDF) ..... Cr$ 20,00
Particulares ..... Cr$ 42,70

NÚMERO AVULSO

O preço do número avulso figura na última página de cada exemplar.

— O preço do exemplar atrasado será acrescido de 50% do valor fixado.

I — comprovação da responsabilidade pelo pagamento do IPTU, nos termos do parágrafo único, do artigo 6º;

II — identificação, quando for o caso, do número do processo referente à reclamação contra lançamento, pedido de parcelamento concedido ou qualquer outro procedimento, administrativo ou judicial, que importe em suspensão da exigibilidade do crédito tributário; e

III — de identificação do concorrente ou seu representante.

§ 1º — A não qualificação do concorrente, na forma estabelecida neste artigo, e nos prazos fixados, implicará na perda do direito de percepção ao prêmio respectivo.

§ 2º — Em caso da existência de mais de um responsável pelo pagamento do IPTU, esses nomearão, por escrito, um representante para a qualificação.

§ 3º — Existindo mais de uma qualificação relativa ao mesmo imóvel, será identificado o responsável pelo efetivo pagamento do IPTU.

§ 4º — Na impossibilidade de atendimento ao disposto no parágrafo anterior, serão desclassificados os concorrentes.

Art. 8º — Será considerado habilitado o concorrente sorteado que atender os seguintes requisitos:

I — tiver homologada pela CCIA a documentação a que se refere o parágrafo único do artigo 6º;

II — houver liquidado o IPTU referente ao imóvel cujo endereço for sorteado, até o último dia útil anterior à realização do sorteio.

CAPÍTULO III

Do Sorteio Relativo ao ICM ISS

Art. 9º — Para realização do Sorteio relativo ao ICM ISS serão distribuídos, aos interessados, envelopes-cupom que conterão campos para o preenchimento dos seguintes dados:

a) — série e número dos bilhetes distribuídos;

b) — nome, endereço e número de identidade do concorrente; e

c) — quantidade e soma dos valores dos documentos fiscais.

Parágrafo único — O Secretário de Finanças estabelecerá o modelo, e fixará a quantidade e a seriação dos bilhetes a serem distribuídos, em cada sorteio.

Art. 10 — Os bilhetes serão distribuídos proporcionalmente à soma dos valores dos documentos fiscais contidos no envelope-cupom.

§ 1º — A proporcionalidade de que trata este artigo terá por base o valor dos documentos fiscais, cabendo tantos bilhetes quantos forem os múltiplos do valor mínimo em documentos fixado para cada sorteio.

§ 2º — Para fins de distribuição de bilhetes será aceita a declaração do concorrente quanto à soma dos valores dos documentos fiscais, contidos no envelope-cupom, que será conferida após a realização do sorteio.

Art. 11 — O envelope-cupom, preenchido pelo concorrente, deverá ser apresentado aos Postos de Recepção para destaque do cupom, anotação dos números distribuídos e lacração.

Parágrafo único — No ato da apresentação do envelope-cupom aos Postos de Recepção, serão adotadas as seguintes providências:

a) — verificação do preenchimento dos campos do envelope e do cupom;

b) — determinação da quantidade de bilhetes a serem distribuídos e sua anotação no envelope e no cupom;

c) — colagem da tampa do envelope;

d) — destaque do cupom;

e) — colocação da etiqueta no campo próprio do envelope; e

f) — retenção do cupom e devolução do envelope lacrado ao concorrente com os bilhetes respectivos.

SEÇÃO I

Dos Concorrentes

Art. 12 — São concorrentes aos prêmios do ICM/ISS, os portadores de bilhetes e respectivos envelopes-cupom de que trata o artigo anterior.

Art. 13 — Ao concorrente, na qualidade de depositário e sob pena de perda do direito à percepção do prêmio, se sorteado, cabe a responsabilidade pela guarda e apresentação do envelope lacrado, sem violação de espécie alguma.

SEÇÃO II

Do Sorteio

Art. 14 — O sorteio será precedido de publicação do Aviso de Lançamento, devendo constar:

I — as séries e respectiva numeração;

II — o período de emissão e as características dos documentos fiscais válidos;

III — o valor mínimo em documentos fiscais a ser colocado em cada envelope-cupom;

IV — a localização dos Postos de Recepção;

V — o calendário de procedimentos;

VI — os valores, a quantidade e a especificação dos prêmios; e

VII — o período de apresentação dos envelopes-cupom aos Postos de Recepção.

Art. 15 — O Sorteio terá por base a combinação vertical, a partir da unidade de milhar, dos cinco primeiros números sorteados na estração da Loteria Federal.

§ 1º — A quantidade de números resultante da combinação de que trata este artigo, a ser utilizada em cada sorteio, constará do Aviso referido no artigo 14.

§ 2º — Poderão ser utilizadas, em função da quantidade de prêmios a ser distribuída, as unidades de milhar e centenas, da combinação dos números encontrados.

Art. 16 — Quando o número sorteado corresponder a bilhete cancelado ou não utilizado, o algarismo de maior valor relativo será dividido por 2 (dois) tantas vêzes quantas forem necessárias à determinação de um número existente.

§ 1º — Será considerado, do resultado de cada divisão, apenas o número inteiro obtido no quociente.

§ 2º — O número a ser contemplado será aquele resultante da divisão, sucessiva ou não, incorporado aos demais algarismo do número anteriormente sorteado, na respectiva série.

SEÇÃO III

Da Apuração e do Pagamento

Art. 17 — Para fins de apuração e conferência da quantidade, validade e soma dos valores dos documentos fiscais declarados, o concorrente deverá apresentar o envelope-cupom acompanhado do bilhete correspondente ao número sorteado, nos locais e horários fixados.

§ 1º — A quantidade e a soma dos valores dos documentos fiscais, colocados nos envelopes-cupom sorteados, constarão de Termo de Apuração.

§ 2º — A falta de comparecimento nos locais e horários determinados implicará na desclassificação do concorrente.

§ 3º — Será, também, desclassificado o concorrente que apresentar envelope-cupom que contenha valor, em documentos fiscais válidos inferior ao mínimo estabelecido.

§ 4º — Para efeito da apuração a que se refere este artigo, somente serão considerados válidos os documentos fiscais emitidos no período fixado e aqueles que atendam os requisitos exigidos em ato do Secretário de Finanças,

§5° —Ocorrendo declaração de soma de valores dos documentos superior àquela apurada através dos documentos válidos, na abertura do envelope, serão anulados bilhetes em ordem decrescente, a partir do último número distribuído com base naquelas informações.

§ 6° — A anulação de que trata o parágrafo anterior será feita de acordo com os critérios fixados no artigo 10 para a distribuição de bilhetes.

§ 7° — Apenas os documentos contidos no envelope-cupom, no momento de sua abertura, serão considerados na apuração de que trata este artigo.

Art. 18 — Verificada a impossibilidade de atribuição de prêmios, no momento de apuração dos documentos contidos no envelope-cupom, serão utilizados, suplementarmente, pela ordem, números subsequentes ou antecedentes ao sorteado.

§ 1° — Quando o número imediatamente superior não permitir a atribuição do prêmio que deveria caber ao concorrente, na forma deste artigo, prosseguir-se-á utilizando números sempre em ordem crescente, dentro da respectiva série, até o primeiro que permita a distribuição do prêmio.

§ 2° — Ocorrendo o final da respectiva série sem que seja atribuído o prêmio, serão utilizados os números decrescentes a partir daquele imediatamente anterior ao sorteado.

§ 3° — O pagamento do prêmio não será feito ao concorrente identificado através do número suplementar de que trata este artigo, na hipótese de provimento de recurso, de concorrente sorteado, interposto contra decisão da CCIA, que o declarou impossibilitado de receber o prêmio.

SEÇÃO IV

Do Prêmio Extra

Art. 19 — Os sorteados na forma do artigo 15 concorrerão também, a prêmio extra em razão da quantidade e da soma dos valores dos documentos fiscais válidos apresentados.

§ 1° — A classificação, para atribuição do prêmio de que trata este artigo, será efetivada através da ordenação decrescente, em razão da quantidade e da soma dos valores dos documentos fiscais válidos constantes dos Termos de Apuração de que trata o artigo 17.

§ 2° — Será contemplado o concorrente que tiver apresentado maior quantidade e maior soma de valores dos documentos fiscais válidos.

§ 3° — Na hipótese de classificação de dois concorrentes, um por valor e outro por quantidade, far-se-á sorteio entre eles para se definir a premiação.

SEÇÃO V

Do Prêmio Especial

Art. 20 — Observado o que dispuser o Decreto previsto no artigo 2°, poderão ser sorteados um ou mais números para atribuição de prêmio especial.

Parágrafo único — O sorteio de que trata este artigo será feito entre todos os contemplados em cada sorteio.

Art. 21 — A soma, dos prêmios em dinheiro não pagos, será considerada, para efeito deste Decreto, como prêmio especial e será sorteada entre os concorrentes já contemplados com prêmios de mesma natureza.

SEÇÃO VI

Dos Brindes

Art. 22 — Poderão ser distribuídos brindes a concorrentes através de aproximação dos números sorteados.

Parágrafo único — A identificação dos concorrentes com direito a brindes será feita na forma que dispuser ato do Secretário de Finanças.

CAPÍTULO IV

Das Disposições Gerais e Finais

Art. 23 — À Comissão de Campanhas de Incentivo à Arrecadação — C.C.I.A., instituída pelo Decreto n° 2.912, de 04 de junho de 1975, compete a realização e a administração do Concurso.

Art. 24 — Aos concorrentes será pago o valor líquido do prêmio já deduzido o Imposto de Renda.

§ 1° — Os concorrentes compreendidos na situação descrita no inciso II do artigo 7°, somente receberão os prêmios após decisão que lhes for favorável.

§ 2° — Para pagamento dos prêmios relativos ao IPTU, será observado o disposto no artigo 201, do Decreto-Lei n° 82, de 26 de dezembro de 1966.

Art. 25 — Obedecida a legislação federal específica, empresas estabelecidas no Distrito Federal, poderão promover campanha vinculada ao Concurso Bolão Fiscal mediante ajuste firmado com a Secretaria de Finanças.

Art. 26 — O Sorteio de números para distribuição de brindes não gera qualquer direito à participação nos demais prêmios do Concurso.

Art. 27 — A apresentação de envelope-cupom ao Posto de Recepção, bem como a qualificação do concorrente sorteado na forma do artigo 7°, implicará na aceitação plena das normas estabelecidas neste Decreto.

Art. 28 — Não concorrerão aos prêmios de que trata este Decreto, as pessoas jurídicas de direito público ou entidades vinculadas, de qualquer forma, à administração pública.

Parágrafo único — Incluem-se na vedação de que trata este artigo os proprietários, em relação aos imóveis não tributados.

Art. 29 — Das decisões da C.C.I.A. caberá recurso, ao Secretário de Finanças, no prazo de 02 (dois) dias úteis, contados da ciência do interessado ou da sua publicação.

Parágrafo único — O prazo para decisão de recurso será de 02 (dois) dias úteis.

Art. 30 — Ressalvado o disposto no parágrafo 1° do artigo 24, os concorrentes perderão o direito à percepção dos prêmios não reclamados no prazo de 60 (sessenta) dias, contados da data da publicação do resultado do sorteio.

Art. 31 — Os prazos previstos neste Decreto só se iniciam ou se vencem nos dias em que haja expediente normal na repartição.

Art. 32 — Fica o Secretário de Finanças autorizado a baixar os atos necessários ao fiel cumprimento deste Decreto.

Art. 33 — Fica mantido o "caput" do artigo 1° do Decreto n° 3.069, de 26 de novembro de 1975.

Art. 34 — Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogado o Decreto n° 5.094, de 08 de fevereiro de 1980, e demais disposições em contrário.

Brasília-DF, 10 de abril de 1981
93° da República e 21° de Brasília
AIMÉ ALCIBÍADES SILVEIRA LAMAISON
FERNANDO TUPINAMBÁ VALENTE

DECRETO DE 10 DE ABRIL DE 1981

O GOVERNADOR DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelos artigos 12, 13, § 2°, do Decreto n° 4.620, de 05 de abril de 1979,

RESOLVE:

ADMITIR sua Excelência o Senhor Desembargador JUSCELINO JOSÉ RIBEIRO, Presidente do Tribunal de Justiça do Distrito Federal, no Quadro Ordinário da "Ordem do Mérito Brasília", no grau de Grande-Oficial.

Distrito Federal, 10 de abril de 1981
AIMÉ ALCIBÍADES SILVEIRA LAMAISON

DECRETO DE 10 DE ABRIL DE 1981

O GOVERNADOR DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelos artigos 12, 13, § 2°, do Decreto n° 4.620, de 05 de abril de 1979,

RESOLVE:

Nomear Sua Excelência o Senhor Conselheiro GERALDO DE OLIVEIRA FERRAZ, Presidente do Tribunal de Contas do Distrito Federal, para a função de Membro do Conselho da Ordem do Mérito Brasília, em substituição a sua Excelência o Senhor Conselheiro RAUL SOARES DA SILVEIRA.

Distrito Federal, 10 de abril de 1981
AIMÉ ALCIBÍADES SILVEIRA LAMAISON

DECRETO DE 10 DE ABRIL DE 1981

O GOVERNADOR DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelos artigos 12, 13, § 2°, do Decreto n° 4.620, de 05 de abril de 1979,

RESOLVE:

Nomear Sua Excelência o Senhor Desembargador JUSCELINO JOSÉ RIBEIRO, Presidente do Tribunal de Justiça do Distrito Federal, para a função de Membro do Conselho da Ordem do Mérito Brasília, em substituição a sua Excelência o Senhor Desembargador JOSÉ JÚLIO LEAL FAGUNDES.

Distrito Federal, 10 de abril de 1981
AIMÉ ALCIBÍADES SILVEIRA LAMAISON

Despacho

E.M. N' 001/81

Excelentíssimo Senhor Governador:

O ADMINISTRADOR REGIONAL DE PLANALTINA, SALVIANO ANTONIO GUIMARÃES BORGES, matrícula n° 19.582-0, recebeu convite para participar de "Seminário sobre Desenvolvimento de Comunidades", nos Estados Unidos da América, e solicita dispensa de ponto no período compreendido entre 06 de abril e 05 de maio do corrente ano.

Como Vossa Excelência poderá constatar, a participação do Administrador Regional, em um Seminário dessa envergadura possibilitará aquisição de metodologias modernas e troca de experiências que indubitavelmente enriquecerão nossa Administração.

Cumpre-me esclarecer que o afastamento do servidor dar-se-á sem ônus para o Governo do Distrito Federal.

A matéria em pauta está prevista dentre os afastamentos considerados como de efetivo exercício, e por se tratar realmente de assunto de interesse da

Administração, e tendo em vista o disposto no § 1°, do artigo 1°, do Decreto n° 5.052 de 28 de dezembro de 1979, que "dispõe sobre dispensa de ponto de servidores de órgãos e entidades da Administração Direta e Indireta e das Fundações do Distrito Federal", sugiro a Vossa Excelência a dispensa de ponto do referido servidor.

Valho-me do ensejo para reiterar a Vossa Excelência meus protestos de elevada estima e distinta consideração.

ARMANDO RENAN D'AVILA DUARTE
Secretário do Governo

Autorizo. Sem qualquer ônus para os cofres do GDF.

Brasília, 09 de abril de 1981
AIMÉ ALCIBÍADES SILVEIRA LAMAISON
Governador

GABINETE CIVIL

ÓRGÃOS VINCULADOS

DEPARTAMENTO DE TURISMO

ATOS DO DIRETOR

ORDEM DE SERVIÇO Nº 023/81, DE 08 DE MARÇO DE 1981

O DIRETOR DO DEPARTAMENTO DE TURISMO DO DISTRITO FEDERAL, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o que consta do artigo 7° do Capítulo II das Normas de Execução Orçamentária e Financeira, aprovadas pelo Decreto n° 5.748, de 30 de dezembro de 1980,

RESOLVE:

Autorizar a Seção Financeira deste Departamento a movimentar os valores correspondentes aos Elementos de Despesas constantes do quadro anexo, referente ao 2° Trimestre do corrente exercício.

Brasília, 08 de abril de 1981.
MAURÍCIO DUQUE BICALHO
Diretor

QUADRO A QUE SE REFERE A ORDEM DE SERVIÇO Nº023/81-DETUR - DE 08 de abril de 1981

UNIDADE ORÇAMENTÁRIA : DEPARTAMENTO DE TURISMO DO DISTRITO FEDERAL - DETUR
ÓRGÃO MOVIMENTADOR DO CRÉDITO : SEÇÃO FINANCEIRA.

CÓDIGO	ATIVIDADES E ELEMENTOS	VALOR	TOTAL
2.804	- MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO DETUR		
	- Pessoal Civil e Encargos Sociais.	13.252.000	13.252.000
	- Outras Despesas: 3.1.2.0 - Material de Consumo . . .	500.000	
	3.1.3.2 - Outros Servs.Encargos . .	2.100.000	
	3.1.9.2 - Desps.Exercs.Anteriores .	500.000	
	4.1.2.0 - Equip.Mat.Permanente. . .	200.000	3.300.000
	- PROMOÇÕES E DIVULGAÇÕES TURÍSTICAS DO DF		
	- Outras Despesas: 3.1.3.2 - Outros Servs.Encargos . .	500.000	500.000
	TOTAL GERAL		17.052.000

SECRETARIA DO GOVERNO

ADMINISTRAÇÃO DO SETOR RESIDENCIAL INDÚSTRIA E ABASTECIMENTO

ATOS DO ADMINISTRADOR

ORDEM DE SERVIÇO Nº 03, DE 08 DE ABRIL DE 1981

O ADMINISTRADOR DO SETOR RESIDENCIAL INDÚSTRIA E ABASTECIMENTO, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o disposto no artigo 7°, do Capítulo II, das Normas de Execução Orçamentária e Financeira, aprovadas pelo Decreto n° 5.748, de 30 de dezembro de 1980,

RESOLVE:

I — DESTACAR, na forma dos quadros anexos, à Divisão de Programação e Controle CSM, da Secretaria de Administração, os valores correspondentes aos elementos de despesas a serem empenhados no 2° trimestre, por esse órgão, conforme Decreto n° 5.748, de 30 de dezembro de 1980.

II — Fica a Seção Financeira dessa Unidade Orçamentária autorizada a movimentar os demais valores correspondentes aos elementos de despesas constantes dos quadros anexos.

Brasília-DF, 08 de abril de 1981
FRANCISCO JOSÉ PINHEIRO BRANDES
Administrador

QUADRO A QUE SE REFERE A ORDEM DE SERVIÇO Nº 03 DE 8 DE ABRIL DE 1981

UNIDADE ORÇAMENTÁRIA : ADMINISTRAÇÃO DO SETOR RESIDENCIAL INDÚSTRIA E ABASTECIMENTO
ÓRGÃO MOVIMENTADOR DO CRÉDITO : DIVISÃO DE PROGRAMAÇÃO E CONTROLE/CSM/SEA

CÓDIGO		PROJETO E/OU ATIVIDADE	VALOR
2 025	-	MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA ASRIA	
		3.1.2.0 - Material de Consumo	80.000,00
2 082	-	PATRULHA MOTOMECANIZADA DO SRIA	
		4.1.2.0 - Equipamentos e Material Permanente	1.500.000,00
2 083	-	CONSERVAÇÃO DE EDIFÍCIOS E LOGRADOUROS PÚBLICOS DO SRIA	
		3.1.2.0 - Material de Consumo	40.000,00
2 084	-	CONSERVAÇÃO DE ÁREAS URBANIZADAS DO SRIA	
		3.1.2.0 - Material de Consumo	39.000,00
		T O T A I S	1.659.000,00

QUADRO A QUE SE REFERE A ORDEM DE SERVIÇO Nº 03 DE 08 DE ABRIL DE 1981

UNIDADE ORÇAMENTÁRIA : ADMINISTRAÇÃO DO SETOR RESIDENCIAL INDÚSTRIA E ABASTECIMENTO
ÓRGÃO MOVIMENTADOR DO CRÉDITO : SEÇÃO FINANCEIRA/ASRIA

CÓDIGO		PROJETO E/OU ATIVIDADE	VALOR
2 025	-	MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA ASRIA	
		3.1.3.2 - Outros Serviços e Encargos	400.000,00
2 026	-	CUSTEIO DO SISTEMA DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA DO SRIA	
		3.1.3.2 - Outros Serviços e Encargos	2.800.000,00
		T O T A I S	3.200.000,00

ORDEM DE SERVIÇO DE 08 DE ABRIL DE 1981

O ADMINISTRADOR DO SETOR RESIDENCIAL INDÚSTRIA E ABASTECIMENTO, no uso das suas atribuições legais que lhe confere o disposto no parágrafo único do artigo 6°, do Decreto n° 4.903, de 13 de novembro de 1979 e tendo em vista o que consta do Processo n° 150200 '81,

RESOLVE:

CONCEDER à servidora constante do quadro anexo, a Indenização de Transporte, prevista no Decreto acima mencionado, no valor de Cr$ 7.200,00 (Sete mil e duzentos cruzeiros) mensais, a partir de 1° de maio de 1981.

As Chefias dos respectivos servidores cabe a observância das normas estabelecidas pelo Decreto n° 4.903, de 13 de novembro de 1979.

Brasília-DF, 08 de abril de 1981
FRANCISCO JOSÉ PINHEIRO BRANDES
Administrador

QUADRO A QUE SE REFERE A ORDEM DE SERVIÇO DE 03 DE ABRIL DE 1.981

MATRÍCULA	NOME	FUNÇÃO	CÓDIGO
21.776	MARIA DO AMPARO BARROS COSTA	FISCAL DE POSTURAS	NM-821.A

ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DO GAMA

ATOS DO ADMINISTRADOR

ORDEM DE SERVIÇO DE 08 DE ABRIL DE 1981

O ADMINISTRADOR REGIONAL DO GAMA, no uso da competência delegada pelo artigo 1° do Decreto n° 5.476, de 23 de setembro de 1980,

RESOLVE:

AUTORIZAR, nos termos do Decreto n° 3.857, de 19 de setembro de 1977, a prestação de serviços extraordinários pelos servidores relacionados no quadro anexo, no período de 01 a 30.04.81.

Gama-DF., 08 de abril de 1981
ANTONIO VALMIR CAMPELO BEZERRA
Administrador

SERVIÇOS EXTRAORDINÁRIOS
PERÍODO DE 01 A 30.04.81

MAT.	NOME	CARGOS	CÓDIGO	Nº HORAS	C R $
00.743	José Alves do Nascimento	Motorista Oficial	TP-601.A	60	4.126,00
02.934	Solon Pereira Borges	Agente Administrativo	SA-401.A	60	6.095,00
06.080	Antonio Euclides Araruna	Agente de Portaria	TP-602.B	60	3.776,00
08.955	Eurípedes Medeiros	Artífice de Mecanica	ART-501.A	60	4.866,00
09.396	Paulo Florentino da Silva	Motorista Oficial	TP-601.S	60	5.677,00
09.662	Hélio Pereira de Castro	Agente Administrativo	SA-401.B	60	8.355,00
10.826	Francisco Alves de Freitas	Auxiliar de Artífice	ART-506.A	60	3.428,00
14.327	José Vieira	Art de Eletric e Comunic	ART-505.B	60	5.677,00
15.289	Luiz Argemiro Barbosa	Agente de Portaria	TP-602.S	60	5.255,00
15.547	Silvio da Silva Braga	Artífice de Mecanica	ART-501.A	60	4.866,00
16.762	José Alves de Souza	Agente de Portaria	TP-602.A	60	3.428,00
16.849	Pedro Luiz da Silva	Agente de Portaria	TP-602.A	60	3.428,00
17.031	Abdias José dos Santos	Trabalhador	01	60	1.809,00
17.314	José Araujo da Costa	Trabalhador	01	60	1.809,00

ORDEM DE SERVIÇO DE 08 DE ABRIL DE 1981

O ADMINISTRADOR REGIONAL DO GAMA, no uso da competência delegada pelo artigo 1º do Decreto nº 5.476, de 23 de setembro de 1980,

RESOLVE:

CONCEDER, nos termos do Decreto nº 3.857, de 19 de setembro de 1977, gratificação pela prestação de serviços extraordinários aos servidores relacionados no quadro anexo, referente ao período de 01 a 31.03.81.

Gama-DF., 08 de abril de 1981

ANTONIO VALMIR CAMPELO BEZERRA
Administrador

SERVIÇOS EXTRAORDINÁRIOS
PERÍODO DE 01 A 31.03.81

MAT.	NOMES	CARGOS	CÓDIGO	Nº HORAS	C R $
00.781	José Alves do Nascimento	Motorista Oficial	TP-601.A	60	2.700,00
02.938	Solon Pereira Borges	Agente Administrativo	SA-401.A	60	4.400,00
06.080	Antonio Euclides Araruna	Agente de Portaria	TP-602.B	60	2.450,00
08.955	Eurípedes Medeiros	Artífice de Mecanica	ART-501.A	60	3.285,00
09.396	Paulo Florentino da Silva	Motorista Oficial	TP-601.S	60	3.991,00
09.662	Hélio Pereira de Castro	Agente Administrativo	SA-401.B	60	6.197,00
10.826	Francisco Alves de Freitas	Auxiliar de Artífice	ART-506.A	60	2.225,00
14.327	José Vieira	Art de Eletric e Comunic	ART-505.B	60	3.991,00
15.289	Luiz Argemiro Barbosa	Agente de Portaria	TP-602.S	60	3.620,00
15.587	Silvio da Silva Braga	Artífice de Mecanica	ART-501.A	60	3.285,00
16.762	José Alves de Souza	Agente de Portaria	TP-602.A	60	2.225,00
16.849	Pedro Luiz da Silva	Agente de Portaria	TP-602.A	60	2.225,00
17.011	Abdias José dos Santos	Trabalhador	01	60	1.809,00
17.316	José Araujo da Costa	Trabalhador	01	60	1.809,00

ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DE TAGUATINGA

ATOS DO ADMINISTRADOR

ORDEM DE SERVIÇO DE 27 DE FEVEREIRO DE 1981

O ADMINISTRADOR REGIONAL DE TAGUATINGA, no uso das atribuições que lhe confere o item IV do artigo 36 do Regimento aprovado pelo Decreto nº 5.164, de 21 de março de 1980, e tendo em vista o que consta do Processo nº 225.416 81

RESOLVE:

DESIGNAR, nos termos do item I do artigo 12 das Normas de Execução Orçamentária e Financeira, aprovadas pelo Decreto nº 5.748, de 30 de dezembro de 1980, JOSÉ BONIFÁCIO MATIAS, Assessor, matrícula nº 19.483, para EXECUTOR dos serviços de confecção e colocação de 02 (duas) portas de aço em chapa articulada de enrolar, 05 (cinco) portas em chapa lisa e recuperação de um portão de entrada de veículos na Administração Regional de Taguatinga, conforme especificações estabelecidas no Convite nº 04 81-CL-RA-III.

Taguatinga-DF, 27 de fevereiro de 1981
BENEDITO AUGUSTO DOMINGOS
Administrador

ORDEM DE SERVIÇO DE 27 DE FEVEREIRO DE 1981

O ADMINISTRADOR REGIONAL DE TAGUATINGA, no uso das atribuições que lhe confere o item IV do artigo 36 do Regimento aprovado pelo Decreto nº 5.164, de 21 de março de 1980, e tendo em vista o que consta do Processo nº 225.416/81,

RESOLVE:

AUTORIZAR a firma SICOL – SERRALHERIA, INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE MÓVEIS LTDA, iniciar os serviços de confecção e colocação de 02 (duas) portas de aço em chapa articulada de enrolar, 05 (cinco) portas em chapa lisa e recuperação de 01 (um) portão de entrada de veículos na Administração Regional de Taguatinga, conforme especificações estabelecidas no Convite nº 04/81-CL-RA-III.

Esta Ordem de Serviço entrará em vigor a partir desta data.

Taguatinga-DF, 27 de fevereiro de 1981
BENEDITO AUGUSTO DOMINGOS
Administrador

ORDEM DE SERVIÇO DE 23 DE MARÇO DE 1981

O ADMINISTRADOR REGIONAL DE TAGUATINGA, no uso das atribuições que lhe confere o item IV do artigo 36 do Regimento aprovado pelo Decreto nº 5.164, de 21 de março de 1980, e tendo em vista o que consta do Processo nº 225.511/81,

RESOLVE:

AUTORIZAR a firma COSIC CONSTRUÇÕES SANEAMENTO, URBANIZAÇÃO INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA, iniciar as obras de reforma de 01 (um) sanitário público situado na Praça CND desta Cidade Satélite, conforme especificações estabelecidas no CONVITE nº 05-81-CL-RA-III.

Esta Ordem de Serviço entrará em vigor a partir desta data.

Taguatinga-DF, 23 de março de 1981
BENEDITO AUGUSTO DOMINGOS
Administrador

ORDEM DE SERVIÇO DE 23 DE MARÇO DE 1981

O ADMINISTRADOR REGIONAL DE TAGUATINGA, no uso das atribuições que lhe confere o item IV, do artigo 36 do Regimento aprovado pelo Decreto nº 5.164, de 21 de março de 1980, e tendo em vista o constante do Processo nº 225.475 81,

RESOLVE:

DESIGNAR, nos termos do item I do artigo 12 das Normas de Execução Orçamentária e Financeira, aprovadas pelo Decreto nº 5.748, de 30 de dezembro de 1980, o servidor SEBASTIÃO BATISTA MONTEIRO, Assessor Auxiliar – Símbolo FC-06, matrícula nº 6.695, para EXECUTOR do Contrato celebrado entre o Distrito Federal, e a firma COTRIL S A – Máquinas e Equipamentos, de acordo com o item 9.1 do Termo Padrão de Contrato nº 11/80, publicado no DODF de 27.08.80, tendo por objeto a prestação de serviços e assistência técnica das máquinas que compõem a Patrulha Motomecanizada, pertencentes a esta Administração Regional, no decorrer do presente exercício.

Taguatinga-DF, 23 de março de 1981
BENEDITO AUGUSTO DOMINGOS
Administrador

ORDEM DE SERVIÇO DE 23 DE MARÇO DE 1981

O ADMINISTRADOR REGIONAL DE TAGUATINGA, no uso das atribuições que lhe confere o item IV do artigo 36 do Regimento aprovado pelo Decreto nº 5.164, de 21 de março de 1980, e tendo em vista o que consta do Processo nº 225.179 81,

RESOLVE:

DESIGNAR, nos termos do item I do artigo 12, das Normas de Execução Orçamentária e Financeira, aprovadas pelo Decreto nº 5.748, de 30 de dezembro de 1980, JOÃO BATISTA CIRINO, Chefe da Seção de Transportes e Administração de Sedes, matrícula nº 18.788, para EXECUTOR do contrato celebrado entre o Distrito federal e a firma XEROX DO BRASIL S A, de acordo com o item 9.1 do Termo Padrão de Contrato nº 11 80, publicado no DODF, de 27.08.80 tendo por objeto a locação de uma máquina no Edifício-Sede desta Administração Regional.

Taguatinga-DF, 23 de março de 1981
BENEDITO AUGUSTO DOMINGOS
Administrador

ORDEM DE SERVIÇO DE 23 DE MARÇO DE 1981

O ADMINISTRADOR REGIONAL DE TAGUATINGA, no uso das atribuições que lhe confere o item IV do artigo 36 do Regimento aprovado pelo Decreto nº 5.164, de 21 de março de 1980, e tendo em vista o que consta do Processo nº 225.511 81,

RESOLVE:

DESIGNAR, nos termos do item I do artigo 12 das Normas de Execução Orçamentária e Financeira, aprovadas pelo Decreto nº 5.748 de 30 de dezembro de 1980, JOSÉ BONIFÁCIO MATIAS, Assessor, matrícula nº 19.483, para EXECUTOR das obras de reforma de 01 (um) sanitário público situado na Praça CND desta Cidade Satélite, conforme especificações estabelecidas no Convite nº 05 81-CL-RA-III.

Taguatinga-DF, 23 de março de 1981
BENEDITO AUGUSTO DOMINGOS
Administrador

ORDEM DE SERVIÇO DE 31 DE MARÇO DE 1981

O ADMINISTRADOR REGIONAL DE TAGUATINGA, no uso das atribuições que lhe confere o item IV do artigo 36 do Regimento aprovado pelo Decreto nº 5.164, de 21 de março de 1980, e tendo em vista o que consta do Processo nº 225.896 81,

RESOLVE:

DESIGNAR os servidores JEOVÂNIO DIAS MONTEIRO, Diretor da Divisão Regional de Licenciamento e Fiscalização de Obras, matrícula nº 19.025, JOSÉ DALORA FILHO, Agente Administrativo, SA-401.B, matrícula nº 11.434 e MARIA DE FÁTIMA RIBEIRO CÔ, Assessora, matrícula nº 19.812, para comporem sob a presidência do primeiro, a Comissão encarregada do Recebimento dos serviços de fornecimento e colocação de 02 (duas) portas de enrolar no Edifício-Sede desta Administração, 05 (cinco) portas em chapa lisa e recuperação de um portão de entrada de veículos do posto de abastecimento, situado na Área Especial nº 16 do Setor QNG desta Cidade Satélite, conforme especificações estabelecidas no Convite nº 04 81-CL-RA-III.

Taguatinga-DF, 31 de março de 1981
BENEDITO AUGUSTO DOMINGOS
Administrador

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

ATOS DO SECRETÁRIO

PROCESSO Nº 004.962 81
INTERESSADO: XEROX DO BRASIL S A

DESPACHO: Nos termos do artigo 17, inciso X, do Decreto nº 4.507, de 26 12 78, dispenso a licitação a favor da firma XEROX DO BRASIL S A, para atender despesas com redução de cópias heliográficas de Plantas para a Coordenação do Sistema de Administração de Próprios desta Secretaria, bem como autorizo a emissão de empenho por ESTIMATIVA no valor de Cr$ 5.000,00 (cinco mil cruzeiros).

Brasília, 08 de abril de 1981
JOSÉ ANTONIO AROCHA DA CUNHA
Secretário

PROCESSO Nº: 004.671 81
INTERESSADO: REFRIGERAÇÃO SERMABRAS LTDA

DESPACHO: Nos termos do artigo 17, inciso X, do Decreto nº 4.507, de 26 12 78, dispenso a licitação a favor da firma REFRIGERAÇÃO SERMABRAS LTDA, para atender despesa com recuperação de 01 (um) aparelho de ar condicionado, marca SPRINGER ADMIRAL, instalado na Coordenação do Sistema de Transportes Internos desta Secretaria, bem como autorizo a emissão de empenho no valor de Cr$ 7.800,00 (sete mil e oitocentos cruzeiros).

Brasília, 08 de abril de 1981
JOSÉ ANTONIO AROCHA DA CUNHA
Secretário

INTERESSADO: LEILA PINTO
ASSUNTO: Licença para Trato de Interesses Particulares
DECISÃO: Nos termos da delegação de competência estabelecida pelo artigo 1º, inciso I, do Decreto "E" nº 339 67, e artigo 91, inciso XIV, do Regulamento aprovado pelo Decreto nº 2978 75, indefiro o pedido de Licença para Trato de Interesses Particulares, com base no artigo 110, parágrafo 2º, da Lei nº 1.711, de 28 de outubro de 1952.

Em 09 04 81
JOSÉ ANTONIO AROCHA DA CUNHA
Secretário

INTERESSADO: PEDRO RODRIGUES DO ROSÁRIO
ASSUNTO: Licença para Trato de Interesses Particulares
DECISÃO: Nos termos da delegação de competência estabelecida pelo artigo 1º, inciso I, do Decreto "E" nº 339 67, e artigo 91, inciso XIV, do Regulamento aprovado pelo Decreto nº 2978 75, concedo Licença para Trato de Interesses Particulares, pelo prazo de dois anos, de acordo com o artigo 110 da Lei nº 1.711, de 28 de outubro de 1952.

Em 09 04 81
JOSÉ ANTONIO AROCHA DA CUNHA
Secretário

CONSELHO DE POLÍTICA DE PESSOAL

PROCESSO Nº: 411.152 81
INTERESSADO: MARIA CRISTINA BRITO MACHADO Mat. 115.558-10 – CLT FHDF
ASSUNTO: ACUMULAÇÃO DE CARGOS
RELATOR: ANTONIO BATISTA DE ARAÚJO

O Plenário do Conselho de Política de Pessoal, acolhendo, por unanimidade, o voto do Relator, adota a seguinte

RESOLUÇÃO

– Não há acumulação a apreciar. Pela restituição do processo à Fundação Hospitalar do Distrito Federal, para ciência da interessada e verificação do cumprimento da carga horária.

Brasília, 20 de março de 1981

Presidente:

JOSÉ ANTONIO AROCHA DA CUNHA

Conselheiros:

JOSÉ FRANCISCO DE SÁ TELLES
FERNANDO TUPINAMBÁ VALENTE
ADELINA RODRIGUES DA CUNHA PACHECO
RONALDO DE OLIVEIRA
ANTONIO BATISTA DE ARAÚJO
WANDERVAL ALVES DA COSTA
WANDA DE MELLO LÔBO ROCHA

PROCESSO Nº: 411.145/81
INTERESSADO: AMÉLIA MOREIRA TAITSON – Mat. 115.764 – CLT/FHDF
ASSUNTO: ACUMULAÇÃO DE CARGOS

RELATOR: ANTONIO BATISTA DE ARAÚJO

O Plenário do Conselho de Política de Pessoal, acolhendo, por unanimidade, o voto do Relator, adota a seguinte

RESOLUÇÃO:

Não há acumulação a apreciar. Pela restituição do processo à Fundação Hospitalar do Distrito Federal para ciência da interessada e verificação do cumprimento de carga horária.

Brasília, 20 de março de 1981

Presidente:

JOSÉ ANTONIO AROCHA DA CUNHA

Conselheiros:

JOSÉ FRANCISCO DE SÁ TELLES
FERNANDO TUPINAMBÁ VALENTE
ADELINA RODRIGUES DA CUNHA PACHECO
RONALDO DE OLIVEIRA
ANTONIO BATISTA DE ARAÚJO
WANDERVAL ALVES DA COSTA
WANDA DE MELLO LÔBO ROCHA

PROCESSO Nº: 410.880 81
INTERESSADO: PEDRO CARRUSCA BRITTO – Mat. 115.468-11 – CLT FHDF
ASSUNTO: ACUMULAÇÃO DE CARGOS
RELATOR: ANTONIO BATISTA DE ARAÚJO

O Plenário do Conselho de Política de Pessoal, acolhendo, por unanimidade, o voto do Relator, adota a seguinte

RESOLUÇÃO:

– Não há acumulação a apreciar. Pela restituição do processo à Fundação Hospitalar do Distrito Federal, para ciência do interessado e posterior arquivamento.

Brasília, 20 de março de 1981

Presidente:

JOSÉ ANTONIO AROCHA DA CUNHA

Conselheiros:

JOSÉ FRANCISCO DE SÁ TELLES
FERNANDO TUPINAMBÁ VALENTE
ADELINA RODRIGUES DA CUNHA PACHECO
RONALDO DE OLIVEIRA
ANTONIO BATISTA DE ARAÚJO
WANDERVAL ALVES DA COSTA
WANDA DE MELLO LÔBO ROCHA

PROCESSO Nº: 411.335/81
INTERESSADO: IRENE SEBBA DA SILVA — Mat. 115.788-04-CLT/FHDF
ASSUNTO: ACUMULAÇÃO DE CARGOS
RELATOR: ANTONIO BATISTA DE ARAÚJO

O Plenário do Conselho de Política de Pessoal, acolhendo, por unanimidade, o voto do Relator, adota a seguinte

RESOLUÇÃO

— Não há acumulação a apreciar. Pela restituição do processo à Fundação Hospitalar do Distrito Federal, para ciência da interessada e posterior arquivamento.

Brasília, 24 de março de 1981

Presidente

JOSÉ ANTONIO AROCHA DA CUNHA

Conselheiros

ARMANDO RENAN D'AVILA DUARTE
FERNANDO TUPINAMBÁ VALENTE
PAULO JOSÉ MARTINS DOS SANTOS
RONALDO DE OLIVEIRA
ANTONIO BATISTA DE ARAÚJO
WANDERVAL ALVES DA COSTA
WANDA DE MELLO LÔBO ROCHA

PROCESSO Nº: 007.522/80
INTERESSADO: SECRETARIA DE FINANÇAS — BANCO REGIONAL DE BRASÍLIA S/A
ASSUNTO: RESSARCIMENTO A SERVIDORES DO BANCO REGIONAL DE BRASÍLIA DE DESPESAS EM VEÍCULOS PARTICULARES
RELATOR: FERNANDO TUPINAMBÁ VALENTE

O Plenário do Conselho de Política de Pessoal, acolhendo, por unanimidade, o voto do Relator, adota a seguinte

RESOLUÇÃO:

— Reformular, na parte referente à letra "a", a Resolução deste Colegiado, exarada em sua 141ª Reunião, no Processo nº 007.522/80, de interesse do Banco Regional de Brasília S/A, que passará a conter a seguinte redação:
"a) na parte referente a Técnico de Crédito Rural deverá ser fixado o máximo mensal de 2.000 Km para ressarcimento das despesas com transporte".

Brasília, 24 de março de 1981

Presidente

JOSÉ ANTONIO AROCHA DA CUNHA

Conselheiros

ARMANDO RENAN D'AVILA DUARTE
FERNANDO TUPINAMBÁ VALENTE
PAULO JOSÉ MARTINS DOS SANTOS
RONALDO DE OLIVEIRA
ANTONIO BATISTA DE ARAÚJO
WANDERVAL ALVES DA COSTA
WANDA DE MELLO LÔBO ROCHA

PROCESSO Nº: 410.612/81
INTERESSADO: MIGUEL MORENO — Mat. 115.474-05-CLT FHDF
ASSUNTO: ACUMULAÇÃO DE CARGOS
RELATOR: ANTONIO BATISTA DE ARAÚJO

O Plenário do Conselho de Política de Pessoal, acolhendo, por unanimidade, o voto do Relator, adota a seguinte

RESOLUÇÃO:

— Não há acumulação a apreciar. Pela restituição do processo à Fundação Hospitalar do Distrito Federal, para ciência do interessado e verificação do cumprimento da carga horária.

Brasília, 25 de março de 1981

Presidente

JOSÉ ANTONIO AROCHA DA CUNHA

Conselheiros

ARMANDO RENAN D'AVILA DUARTE
FERNANDO TUPINAMBÁ VALENTE
PAULO JOSÉ MARTINS DOS SANTOS
RONALDO DE OLIVEIRA
ANTONIO BATISTA DE ARAÚJO
WANDERVAL ALVES DA COSTA
WANDA DE MELLO LÔBO ROCHA

PROCESSO Nº: 410.881/81
INTERESSADO: RITA MOTA LIMA — Mat. 115.014-6 — CLT FHDF
ASSUNTO: ACUMULAÇÃO DE CARGOS
RELATOR: FERNANDO TUPINAMBÁ VALENTE

O Plenário do Conselho de Política de Pessoal, acolhendo, por unanimidade, o voto do Relator, adota a seguinte

RESOLUÇÃO:

— Não há acumulação a apreciar. Pela restituição do presente processo à Fundação Hospitalar do Distrito Federal, para ciência da interessada e posterior arquivamento.

Brasília, 03 de abril de 1981

Presidente

JOSÉ ANTONIO AROCHA DA CUNHA

Conselheiros

ARMANDO RENAN D'AVILA DUARTE
FERNANDO TUPINAMBÁ VALENTE
PAULO JOSÉ MARTINS DOS SANTOS
RONALDO DE OLIVEIRA
ANTONIO BATISTA DE ARAÚJO
WANDERVAL ALVES DA COSTA
WANDA DE MELLO LÔBO ROCHA

PROCESSO Nº: 411.147/81
INTERESSADO: MAGNA BARROS MARTINS REZENDE Mat. 115.793-01 — CLT FHDF
ASSUNTO: ACUMULAÇÃO DE CARGOS
RELATOR: WANDA DE MELLO LÔBO ROCHA

O Plenário do Conselho de Política de Pessoal, acolhendo, por unanimidade, o voto do Relator, adota a seguinte

RESOLUÇÃO:

— Não há acumulação a apreciar. Pela restituição do presente processo à Fundação Hospitalar do Distrito Federal, para ciência da interessada e posterior arquivamento.

Brasília, 03 de abril de 1981

Presidente

JOSÉ ANTONIO AROCHA DA CUNHA

Conselheiros

ARMANDO RENAN D'AVILA DUARTE
FERNANDO TUPINAMBÁ VALENTE
PAULO JOSÉ MARTINS DOS SANTOS
RONALDO DE OLIVEIRA
ANTONIO BATISTA DE ARAÚJO
WANDERVAL ALVES DA COSTA
WANDA DE MELLO LÔBO ROCHA

PROCESSO Nº: 411.396 81
INTERESSADO: DÍDIMO CARVALHO TELES Mat. 116.094-10 – CLT FHDF
ASSUNTO: ACUMULAÇÃO DE CARGOS
RELATOR: PAULO JOSÉ MARTINS DOS SANTOS

O Plenário do Conselho de Política de Pessoal, acolhendo, por unanimidade, o voto do Relator, adota a seguinte,

RESOLUÇÃO:

– Não há acumulação a apreciar. Pela restituição do processo à Fundação Hospitalar do Distrito Federal, para ciência do interessado e posterior arquivamento.

Brasília, 07 de abril de 1981.

Presidente

JOSÉ ANTONIO AROCHA DA CUNHA

Conselheiros

ARMANDO RENAN D'AVILA DUARTE
FERNANDO TUPINAMBÁ VALENTE
PAULO JOSÉ MARTINS DOS SANTOS
RONALDO DE OLIVEIRA
ANTONIO BATISTA DE ARAÚJO
WANDERVAL ALVES DA COSTA
WANDA DE MELLO LÔBO ROCHA

SECRETARIA DE FINANÇAS

ATOS DO SECRETÁRIO

PORTARIA DE 07 DE ABRIL DE 1981

O SECRETÁRIO DE FINANÇAS DO DISTRITO FEDERAL, no uso de suas atribuições, com fundamento no artigo 5º, da Portaria nº 04 81-SEF, de 19 de fevereiro de 1981, e indicações constantes do OI nº 092 81-DpR.

RESOLVE:

Art. 1º – Designar para desempenhar trabalhos vinculados às áreas técnico-especializadas de natureza tributária, nas diversas unidades do Departamento da Receita, desta Secretaria, com início, períodos e percentuais determinados, os Fiscais de Tributos constantes da relação anexa.

Art. 2º – Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 07 de abril de 1981
FERNANDO TUPINAMBÁ VALENTE
Secretário

NOME	MATRÍCULA	ÓRGÃO	PERÍODO		PERCENTUAL DE GRATIFICAÇÃO
			INÍCIO	TÉRMINO	
GEORGINA DOS S. AMAZONAS	07.115.3	DFI	21.03.81	20.04.81	ATÉ 95%
MAURÍLIO SEVERINO CARLOS	13.974.2	DAR	21.03.81	20.06.81	ATÉ 95%
DENY CASSIMIRO	02.008.7	DRB	21.03.81	20.06.81	ATÉ 95%
IRACEMA MENDONÇA DAMASCENO	11.332.8	DIEF	21.03.81	20.06.81	ATÉ 95%
ELPÍDIO PINHO TAVARES	02.296.9	DRB	21.03.81	20.06.81	ATÉ 95%
AXEL VAN DER BROOCKE	08.470.0	DFI	04.05.81	20.06.81	ATÉ 95%
CLAUDINO RAMOS COSTA	08.471.9	DRS	21.03.81	20.06.81	ATÉ 95%
MOACIR MIRANDA GOMES	07.393.8	DRT	21.03.81	20.06.81	ATÉ 95%
MAURO ALVES DE OLIVEIRA	07.532.9	DIEF	21.03.81	20.06.81	ATÉ 95%
JOSÉ BOITONE DE C. SILVA	07.392.7	DRS	21.03.81	20.06.81	ATÉ 95%

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA

CONSELHO DE EDUCAÇÃO DO DISTRITO FEDERAL

PARECER Nº: 21/81-CEDF/CP
PROCESSO Nº: 001111/81-GDF
INTERESSADO: Secretaria de Educação e Cultura
EMENTA: Pela aprovação do Plano de Trabalho - 1981, do Ensino Especial do Sistema de Ensino Especial do Distrito Federal no valor de Cr$ 3.221.000,00 (três milhões, duzentos e vinte e um mil cruzeiros) a ser financiado com recursos do CENESP/MEC
RELATORA: Consª. Maria Lúcia Ismael Nunes Moriconi

PARECER Nº: 22/81-CEDF/CE
PROCESSO Nº: 003051/81-GDF
INTERESSADO: Esther Lúcia Marin de Los Rios
EMENTA: Pela declaração de equivalência dos estudos realizados por Ester Lúcia Marin de Los Rios no Colégio Alvernia, Bogotá, Colômbia, para os exclusivos fins de prosseguimento de estudos.
RELATOR: Consº Júlio César Santos

PARECER Nº 23/81-CEDF/CE
PROCESSO Nº: 003050/81-GDF
INTERESSADO: Constanza Marin de Los Rios
EMENTA: Pela declaração de equivalência dos estudos realizados por Constanza Marin de Los Rios no Colégio Alvernia de Bogotá - Colômbia, para os exclusivos fins de prosseguimento de estudos.
RELATOR: Consº Júlio César Santos

PARECER Nº 24/81-CEDF/CE
PROCESSO Nº: 000305/81-GDF
INTERESSADO: Priscila Venâncio da Silva
EMENTA: Pela declaração de equivalência dos cursos realizados no exterior, aos efetuados no Brasil, para fins de complementação em estabelecimento de ensino de 2º Grau no Sistema de Ensino do DF.
RELATOR: Consº Júlio César Santos

PARECER Nº 25/81-CEDF/CE
PROCESSO Nº: 002637/81-GDF
INTERESSADO: Ângela Maria Dolores Vitas Reguera
EMENTA: Pela declaração de equivalência dos estudos realizados por Ângela Maria Dolores Vitas Reguera no "Lyceu de Estado Pérrier" Marselha, França, para exclusivos fins de prosseguimento de estudos.
RELATOR: Consº Júlio César Santos

PARECER Nº 26/81-CEDF/CE
PROCESSO Nº: 002086/81-GDF
INTERESSADO: Ilse Cármem Román Carrasco
EMENTA: Pela declaração de equivalência dos estudos realizados por Ilse Cármem Román Carrasco no "Lyceu Minas" nº 12, em Santiago do Chile, para os exclusivos fins de prosseguimento de estudos.
RELATOR: Consº Júlio César Santos

PARECER Nº 27/81-CEDF/CE
PROCESSO Nº: 003727/81-GDF
INTERESSADO: Daniel Horácio Garimberti
EMENTA: Pela declaração de equivalência dos estudos realizados por Daniel Horácio Garimberti, em Buenos Aires - Argentina, para os exclusivos fins de prosseguimento de estudos.
RELATORA: Consª Maria Lúcia Ismael Nunes Moriconi

PARECER Nº 28/81-CEDF/CE
PROCESSO Nº: 002529/81-GDF
INTERESSADO: Pedro Guillermo Villavicencio Beltrán
EMENTA: Pela declaração de equivalência dos estudos realizados por Pedro Guillermo Villavicencio Beltrán, no Colégio Nossa Senhora de Guadalupe - Lima - Peru, para os exclusivos fins de prosseguimento de estudos.
RELATORA: Consª Maria Lúcia Ismael Nunes Moriconi

PARECER Nº 29/81-CEDF/CE
PROCESSO Nº: 003822/81-GDF
INTERESSADO: Jorge Santos Rivero Sarmiento
EMENTA: Pela declaração de equivalência dos estudos realizados por Jorge Santos Rivero Sarmiento no Colégio Marista de Santa Cruz de La Sierra - Bolívia, para os exclusivos fins de prosseguimento de estudos.
RELATORA: Consª Maria Lúcia Ismael Nunes Moriconi

PARECER Nº 30/81-CEDF/CE
PROCESSO Nº: 003880/81-GDF
INTERESSADO: Eduardo Frederico Franco Bolan
EMENTA: Pela declaração de equivalência dos estudos realizados por Eduardo Frederico Franco Bolan, no Colégio Alemão Santa Cruz - Bolívia, para os exclusivos fins de prosseguimento de estudos.
RELATORA: Consª Maria Lúcia Ismael Nunes Moriconi

PARECER Nº 32/81-CEDF/CE
PROCESSO Nº: 003895/81-GDF
INTERESSADO: Hugo Miguel Recharte de Feudis
EMENTA: Pela declaração de equivalência dos estudos realizados por Hugo Miguel Recharte de Feudis, no Centro Educativo FAP - "José A - Quiñones Gonzales" - Lima - Peru, para os exclusivos fins de prosseguimento de estudos.
RELATORA: Consª Maria Lúcia Ismael Nunes Moriconi

PARECER Nº 33/81-CEDF/CE
PROCESSO Nº: 003894/81-GDF
INTERESSADO: Mônica Patrícia Recharte de Feudis
EMENTA: Pela declaração de equivalência dos estudos realizados por Mônica Patrícia Recharte de Feudis no Centro Educativo FAP - José A - Quiñones Gonzales - Lima - Peru para os exclusivos fins de prosseguimento de estudos.
RELATORA: Consª Maria Lúcia Ismael Nunes Moriconi

PARECER Nº 35/81-CEDF
PROCESSO Nº: 003908/81-GDF
INTERESSADO: Vicente Moraes Gadea (Vicente Gadea Ivars)
EMENTA: Pela declaração de equivalência do curso realizado por Vicente Moraes Gadea na Escola de Ensino Médio "OAK RIDGE" em Orlando-Flórida-EUA, ao de 2º grau do Sistema de Ensino do Distrito Federal, para os exclusivos fins de prosseguimento de estudos.
RELATORA: Consª Maria Lúcia Ismael Nunes Moriconi

PARECER Nº 36/81-CEDF
PROCESSO Nº: 003926/81-GDF
INTERESSADO: Ricardo Enrique Ortiz Gutierrez
EMENTA: Pela declaração de equivalência de curso realizado por Ricardo Enrique Ortiz Gutierrez, no Colégio La Salle, em Santa Cruz de La Sierra, Bolívia, ao de 2º grau do Sistema de Ensino do Distrito Federal, para os exclusivos fins de prosseguimento de estudos.
RELATORA: Consª Maria Lúcia Ismael Nunes Moriconi

PARECER Nº 37/81-CEDF
PROCESSO Nº: 003982/81-GDF
INTERESSADO: Kátia Marilyn Romero Fernandez
EMENTA: Pela declaração de equivalência do Curso realizado por Kátia Marilyn Romero Fernandez, no Colégio Alemão em Santa Cruz de La Sierra, Bolívia, ao de 2º grau do Sistema de Ensino do Distrito Federal, para os exclusivos fins de prosseguimento de estudos.
RELATORA: Consª Maria Lúcia Ismael Nunes Moriconi

PARECER Nº 31/81-CEDF
PROCESSO Nº: 003881/81-GDF
INTERESSADO: José Luiz Vargas Vichara
EMENTA: Pela declaração de equivalência dos estudos realizados por José Luiz Vargas Vichara na Escola Evangélica de Santiago de Chiquitos - Bolívia, para os exclusivos fins de prosseguimento de estudos.
RELATORA: Consª Maria Lúcia Ismael Nunes Moriconi

PARECER Nº 38/81-CEDF
PROCESSO Nº: 003983/81-GDF
INTERESSADO: Sofia Ernestina Vieira Vargas
EMENTA: Pela declaração de equivalência de Curso realizado por Sofia Ernestina Vieira Vargas no Colégio Particular Menino Jesus, em Camiri-Bolívia, ao de 2º grau do Sistema de Ensino do Distrito Federal, para os exclusivos fins de prosseguimento de estudos.
RELATORA: Consª Maria Lúcia Ismael Nunes Moriconi

PARECER Nº 39/81-CEDF
PROCESSO Nº: 003995/81-GDF
INTERESSADO: Raul Antonio Arteaga Suarez
EMENTA: Pela declaração de equivalência do curso realizado por Raul Antonio Arteaga Suarez, no Colégio "Manuel Antonio Ojopi" em Guayamerin-Bolívia, ao de 2º grau do Sistema de Ensino do Distrito Federal, para os exclusivos fins de prosseguimento de estudos.
RELATORA: Maria Lúcia Ismael Nunes Moriconi

PARECER Nº: 40/81-CEDF
PROCESSO Nº: 004262/81-GDF
INTERESSADO: Roger Bello Parada
EMENTA: Pela declaração de equivalência do curso realizado por Roger Bello Parada no Colégio Nacional Flórida, em Santa Cruz de La Sierra, Bolívia, ao de 2º grau do Sistema de Ensino do Distrito Federal, para os exclusivos fins de prosseguimento de estudos.
RELATORA: Consª Maria Lúcia Ismael Nunes Moriconi

PARECER Nº 41/81-CEDF
PROCESSO Nº: 004243/81-GDF
INTERESSADO: Juan José Ortiz Rojas
EMENTA: Pela declaração de equivalência do curso realizado por Juan José Ortiz Rojas, no Colégio La Salle em Santa Cruz de La Sierra, Bolívia, ao de 2º grau do Sistema de Ensino do Distrito Federal, para os exclusivos fins de estudos.
RELATORA: Consª Maria Lúcia Ismael Nunes Moriconi

PARECER Nº 42/81-CEDF
PROCESSO Nº: 003966/81-GDF
INTERESSADO: Janeth Marie Zegada Gutierrez
EMENTA: Pela declaração de equivalência do curso concluído por Janeth Marie Zegada Gutierrez, no Colégio Loreto - La Paz - Bolívia, ao de 2º grau do Sistema de Ensino do Distrito Federal, para os exclusivos fins de prosseguimento de estudos.
RELATORA: Consª Maria Lúcia Ismael Nunes Moriconi

PARECER Nº 43/81-CEDF
PROCESSO Nº: 003965/81-GDF
INTERESSADO: Dorys Ivonne Heredia Heredia
EMENTA: Pela declaração de equivalência do Curso concluído por Dorys Ivonne Heredia Heredia no Colégio Santa Ana, em Santa Cruz de La Sierra, Bolívia ao de 2º grau do Sistema de Ensino do Distrito Federal, para os exclusivos fins de prosseguimento de estudos.
RELATORA: Consª Maria Lúcia Ismael Nunes Moriconi

EVANDIR RODRIGUES DO VALLE
Assessora Auxiliar

FUNDAÇÃO EDUCACIONAL DO DISTRITO FEDERAL

CONSELHO DIRETOR

RESOLUÇÃO Nº 479, DE 18 DE MARÇO DE 1981.

Aprova convênio: FEDF DP Ministério do Interior

O CONSELHO DIRETOR DA FUNDAÇÃO EDUCACIONAL DO DISTRITO FEDERAL, no uso de suas atribuições estatutárias, em sua 376ª Reunião Ordinária, realizada em 18 de março de 1981, e tendo em vista o que consta do Processo nº 377211 80-FEDF,

RESOLVE:

Aprovar o convênio a ser firmado entre a FUNDAÇÃO EDUCACIONAL DO DISTRITO FEDERAL e o DEPARTAMENTO DE PESSOAL DO MINISTÉRIO DO INTERIOR, objetivando manter, nas dependências do segundo, um Curso de Suplência-Educação Geral Fase III, em nível de 1º grau, com a participação do Centro de Estudos Supletivos da Asa Sul.

Brasília-DF, 18 de março de 1981

Presidente

EURIDES BRITO DA SILVA

CONSELHEIROS:

MÁRIO SÉRGIO MAFRA
ALITA VIEIRA
CRISÓSTOMO GUANAES DOURADO
OSWALDO ZANELLO
EDIRUALD DE MELLO

RESOLUÇÃO Nº 483 DE 18 DE MARÇO DE 1981

Aprova afastamento de servidor, para fins de estudo.

O CONSELHO DIRETOR DA FUNDAÇÃO EDUCACIONAL DO DISTRITO FEDERAL, no uso de suas atribuições estatutárias, em sua 376ª Reunião Ordinária, realizada em 18 de março de 1981, e tendo em vista o que consta do Processo nº 371062 81-FEDF,

RESOLVE:

1. Aprovar o afastamento de KÉDMA SANTANA AMIM, Professora de Ensino de 1º e 2º Graus, Classe "C", matrícula nº 80.541, contratada da FEDF, com uma jornada de trabalho de 40 (quarenta) horas semanais, sem prejuízo do seu salário, mantendo-se todavia 20 (vinte) horas em atividades de regência de classe, a contar desta data até 30 de dezembro de 1981, para que possa frequentar o Curso de Especialização em Metodologia do Ensino Superior, a nível de Pós-Graduação, no Centro de Ensino Unificado de Brasília-CEUB, nesta Capital, comprometendo-se a mesma a prestar os seus serviços a esta Fundação, pelo período mínimo de 02 (dois) anos, a contar do término do curso.

1.1 - O não cumprimento da prestação dos serviços acima mencionados, implicará nas sanções previstas no artigo 9º do Decreto "N" nº 542, de 17 de novembro de 1966.

Brasília-DF, 18 de março de 1981

Presidente

EURIDES BRITO DA SILVA

CONSELHEIROS:

EDIRUALD DE MELLO
ALITA VIEIRA
MÁRIO SÉRGIO MAFRA
CRISÓSTOMO GUANAES DOURADO

SECRETARIA DE VIAÇÃO E OBRAS

ATOS DO SECRETÁRIO

PORTARIA – SVO Nº 07 DE 09 DE ABRIL DE 1981

O SECRETÁRIO DE VIAÇÃO E OBRAS, no uso das atribuições legais e tendo em vista o disposto no artigo 7º, das Normas de Execução Orçamentária e Financeira, no exercício de 1981, aprovadas pelo Decreto nº 5.748, de 30 de dezembro de 1980.

RESOLVE:

ALTERAR, na forma do Quadro anexo, os valores destacados pela Portaria nº 06, de 1º de abril de 1981.

Brasília, 9 de abril de 1981
DJAURO RAMOS DE OLIVEIRA
Chefe do Gabinete, no impedimento

QUADRO A QUE SE REFERE A PORTARIA Nº 07 DE 09 DE ABRIL DE 1981

UNIDADE ORÇAMENTÁRIA: SECRETARIA DE VIAÇÃO E OBRAS
ÓRGÃO CENTRALIZADOR DA DESPESA: SEÇÃO DE ORÇAMENTO E FINANÇAS - DAG/SVO

PROJETOS E/OU ATIVIDADES - ELEMENTOS	ANTERIOR	ALTERAÇÃO	ATUAL	TOTAL
DER/2.849 - Manutenção das Ativ. do Deptº. de Estradas de Rodagem				
3.2.1.1 - Transferências Operacionais				
01 - Pessoal e Encargos Sociais	20.713.000,00	-	20.713.000,00	20.713.000,00
02 - Outras Despesas Correntes	16.018.000,00	-	16.018.000,00	16.018.000,00
DER/1.906 - Execução do Plano Rodoviário do Distrito Federal				
4.3.1.1 - Auxílios para Despesas de Capital				
01 - Auxílios para Investimentos	43.252.000,00	-	43.252.000,00	43.252.000,00
DER/1.907 - Recup. Conserv. e Melhoramentos das Rodov. Parque Rodoviário do Distrito Federal				
4.3.1.1 - Auxílios para Despesas de Capital				
01 - Auxílios para Investimentos	43.253.000,00	-	43.253.000,00	43.253.000,00
DOV/2.850 - Manutenção das Ativ. da Cia. Urb. da N. Capital				
3.2.1.2 - Subvenções Econômicas				
01 - Pessoal e Encargos Sociais	180.600.000,00	- 10.000.000,00	170.000.000,00	170.000.000,00
02 - Outras Despesas Correntes	18.774.000,00	- 8.000.000,00	10.774.000,00	10.774.000,00
03 - Despesas de Capital	-	-	-	-
DOV/2.909 - Manutenção do Parque Recreativo e Turístico de Brasília				
3.2.1.2 - Subvenções Econômicas				
01 - Pessoal e Encargos Sociais		7.100.000,00	7.100.000,00	7.100.000,00
02 - Outras Despesas Correntes		8.000.000,00	8.000.000,00	8.000.000,00
4.3.1.1 - Auxílios para Despesas de Capital				
01 - Auxílios para Investimentos	-	-	-	-

DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM DO DISTRITO FEDERAL

ATOS DO DIRETOR

INSTRUÇÃO DE 03 DE ABRIL DE 1981

O DIRETOR GERAL DO DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso VI, do Art. 44, do Regimento aprovado pelo Decreto nº 3.078, de 03 de dezembro de 1975.

RESOLVE:

DISPENSAR LAURO DE OLIVEIRA, Engenheiro, matrícula 92.189, Código LT-NS -710.C, Referência NS-20, da função de Assistente, Código LT- DAI-112.3, da Divisão de Manutenção e Reparos.

Brasília, 03 de abril de 1981
JULIO XAVIER RANGEL
Diretor Geral

(Republicado por haver saído com incorreção no DODF do dia 8.4.81 Pág.8)

INSTRUÇÃO DE 03 DE ABRIL DE 1981

O DIRETOR GERAL DO DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso VI, do art. 44, do Regimento aprovado pelo Decreto nº 3.078, de 03 de dezembro de 1975.

RESOLVE:

DESIGNAR LAURO DE OLIVEIRA, Engenheiro, matrícula 92.189, Código LT-NS-710.C, NS-20, para exercer a função de Assistente, Código LT-DAI-NS-112.3, do 3º Distrito Rodoviário do DER-DF.

Brasília, 03 de abril de 1981
JULIO XAVIER RANGEL
Diretor Geral

INSTRUÇÃO DE 03 DE ABRIL DE 1981

O DIRETOR GERAL DO DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso VI, do art. 44, do Regimento aprovado pelo Decreto nº 3.078, de 03 de dezembro de 1975.

RESOLVE:

DISPENSAR CELSO ROBERTO MACHADO PINTO, Engenheiro, matrícula 92.614, Código LT-NS-710.C, NS-20, da função de Assistente, Código LT-DAI-NS-112.3, do 3º Distrito Rodoviário do DER-DF.

Brasília, 03 de abril de 1981

JULIO XAVIER RANGEL
Diretor Geral

INSTRUÇÃO DE 03 DE ABRIL DE 1981

O DIRETOR GERAL DO DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso VI, do art. 44, do Regimento aprovado pelo Decreto nº 3.078, de 03 de dezembro de 1975.

RESOLVE:

DESIGNAR CELSO ROBERTO MACHADO PINTO, Engenheiro, matrícula 92.614, Código LT-NS-710.C, Referência NS-20, para exercer a função de Assistente, Código LT-DAI-NS-112.3, da Divisão de Manutenção e Reparos.

Brasília, 03 de abril de 1981
JULIO XAVIER RANGEL
Diretor Geral

(Republicado por haver saído com incorreção no DODF do dia 8.4.81 Pág.8)

SECRETARIA DE SEGURANÇA PUBLICA

DEPARTAMENTO DE TRÂNSITO DO DISTRITO FEDERAL - DETRAN

ATOS DO DIRETOR

INSTRUÇÃO DE SERVIÇO Nº 459 DE 07 DE ABRIL DE 1981

O DIRETOR GERAL DO DEPARTAMENTO DE TRÂNSITO DO DISTRITO FEDERAL (DETRAN-DF), no uso de suas atribuições regimentais e tendo em vista o disposto no artigo 3º do Decreto nº 5.674, de 16 de dezembro de 1980.

RESOLVE:

DESIGNAR LOURIVAL ENEAS AMARAL, matrícula nº 00.317-4, Agente de Trânsito, Código LT-NM-823.A, Referência NM-24, para exercer a função de Supervisor de Depósito de Veículos Apreendidos, Código LT-DAI-111.3, da Gerência de Policiamento e Fiscalização de Trânsito, a partir de 03 de abril de 1981.

Brasília, 07 de abril de 1981
ISMAR GONÇALVES DA COSTA
Diretor Geral

GERÊNCIA DE CONTROLE DE VEÍCULOS - GECONV

ATOS DO GERENTE

PROCESSO Nº: 350.735 81
INTERESSADO: FUNDAÇÃO MOVIMENTO BRASILEIRO DE ALFABETIZAÇÃO "MOBRAL"

DESPACHO:

No uso da competência que me foi conferida pelo art. 47, inciso II, do Regimento do DETRAN DF., aprovado pelo Decreto nº 3535 de 29 de dezembro de 1976, e tendo em vista o parecer emitido sobre a documentação apresentada, RECONHEÇO A ISENÇÃO EM FAVOR DA FUNDAÇÃO MOVIMENTO BRASILEIRO DE ALFABETIZAÇÃO-MOBRAL, quanto ao pagamento da TAXA RODOVIÁRIA ÚNICA - TRU, para o EXERCÍCIO DE 1981, incidente sobre os veículos de propriedade do interessado, com fundamento no art. 3º do Decreto Lei nº 999/69, combinado com o art. 2º do Decreto nº 71.824/73.

À Gerência de Administração Geral para providenciar a publicação no Diário Oficial do Distrito Federal. Após, retorne a esta Gerência para arquivamento.

Brasília-DF, 09 de março de 1981
ERONIVALDO J. DE OLIVEIRA SILVA
Gerente

PROCURADORIA GERAL

ATOS DO PROCURADOR-GERAL

PORTARIA PRG Nº 20/81, DE 06 DE ABRIL DE 1981.

O PROCURADOR GERAL DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe confere o art. 31, inciso XIX do Regimento da Procuradoria Geral, aprovado pelo Decreto nº 4.591, de 08/03/79

RESOLVE:

Remover, a partir desta data, o Doutor JOSÉ RENATO FIALHO DA SILVA, Procurador do Distrito Federal, Código SJ-901-A, Referência NS-11, matrícula 00.981-4, do Quadro de Pessoal do Distrito Federal, da 3ª Subprocuradoria Geral para a 2ª Subprocuradoria Geral do Distrito Federal.

Publique-se.

Brasília, 06 de abril de 1981.
EMMANUEL FRANCISCO MENDES LYRIO
Procurador Geral

PORTARIA PRG Nº 21/81, DE 03 DE ABRIL DE 1981

O PROCURADOR-GERAL DO DISTRITO FEDERAL, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o disposto no artigo 7º, Capítulo II, das Normas de Execução Orçamentária e Financeira, aprovadas pelo Decreto nº 5.748, de 30 de dezembro de 1980.

RESOLVE:

1º — Ficam destacados na forma dos quadros anexos, às Divisões de Cadastro Financeiro da Coqrdenação do Sistema de Pessoal, Programação e Controle da Coordenação do Sistema de Material da Secretaria de Administração, os valores correspondentes aos elementos de despesas a serem empenhados no 2º Trimestre, por esses órgãos.

2º — Fica a Seção de Orçamento e Finanças da Divisão de Administração Geral, desta Procuradoria-Geral, autorizada a movimentar os valores correspondentes aos elementos de despesas constantes do quadro anexo.

Brasília, 03 de abril de 1981

EMMANUEL FRANCISCO MENDES LYRIO
Procurador-Geral

QUADRO A QUE SE REFERE A PORTARIA PRG Nº 21 /81, DE 03 DE ABRIL DE 1 981

UNIDADE ORÇAMENTÁRIA: PROCURADORIA GERAL DO DISTRITO FEDERAL

UNIDADE MOVIMENTADORA DO CRÉDITO: DIVISÃO DE CADASTRO FINANCEIRO-CSP-SEA

ATIVIDADE /E/ OU PROJETO	VALOR	TOTAL
PRG 2.009 - Manutenção das Atividades da Procuradoria Geral		
3.1.1.1 - PESSOAL CIVIL E ENCARGOS SOCIAIS	50.920.000	50.920.000

QUADRO A QUE REFERE A PORTARIA PRG Nº 21 /81, DE 03 DE ABRIL DE 1 981

UNIDADE ORÇAMENTÁRIA: PROCURADORIA GERAL DO DISTRITO FEDERAL

UNIDADE MOVIMENTADORA DO CRÉDITO: SEÇÃO DE ORÇAMENTO E FINANÇAS-DAG/PRG

ATIVIDADE /E/ OU PROJETO	VALOR	TOTAL
PRG 2.009 - Manutenção das Atividades da Procuradoria Geral		
3.1.3.2 - OUTROS SERVIÇOS E ENCARGOS	1.500.000	
3.1.9.1 - SENTENÇAS JUDICIÁRIAS	4.100.000	5.600.000

QUADRO A QUE SE REFERE A PORTARIA PRG Nº 21 /81, DE 03 DE ABRIL DE 1 981

UNIDADE ORÇAMENTÁRIA: PROCURADORIA GERAL DO DISTRITO FEDERAL

UNIDADE MOVIMENTADORA DO CRÉDITO: DIVISÃO DE PROGRAMAÇÃO E CONTROLE-CSM-SEA

ATIVIDADE /E/ OU PROJETO	VALOR	TOTAL
PRG 2.009 - Manutenção das Atividades da Procuradoria Geral		
3.1.2.0 - MATERIAL DE CONSUMO	300.000	
4.1.2.0 - EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	200.000	500.000

DIVISAO DE ADMINISTRAÇAO GERAL

SEÇÃO DE PESSOAL

ATOS DO CHEFE

ORDEM DE SERVIÇO DE 01 DE ABRIL DE 1981

O CHEFE DA SEÇÃO DE PESSOAL, DA DIVISÃO DE ADMINISTRAÇÃO GERAL, DA PROCURADORIA-GERAL DO DISTRITO FEDERAL, no uso de suas atribuições legais:

RESOLVE:

CONCEDER ao servidor CÉLIO AFONSO DE ALMEIDA, matrícula nº 8.278, Procurador do Distrito Federal, lotado na Procuradoria-Geral do Distrito Federal, 08 (oito) dias de afastamento (Licença Nojo), de acordo com o artigo 153, inciso II, da Lei nº 1711, de 28 de outubro de 1952, a contar de 17 de março de 1981.

EDSON RODRIGUES DE BARROS
Chefe

ORDEM DE SERVIÇO DE 07 DE ABRIL DE 1981

O CHEFE DA SEÇÃO DE PESSOAL, DA DIVISÃO DE ADMINISTRAÇÃO GERAL, DA PROCURADORIA-GERAL DO DISTRITO FEDERAL, no uso de suas atribuições legais:

RESOLVE:

Remover, NANCY CARVALHO LIMA, Agente Administrativo, Código SA-401.B, Referência NM-24, matrícula nº 05.423-2, do Quadro de Pessoal do Distrito Federal, do Gabinete do Procurador-Geral do Distrito Federal, para a 1ª Subprocuradoria-Geral da Procuradoria-Geral do Distrito Federal.

EDSON RODRIGUES DE BARROS
Chefe

1ª SUBPROCURADORIA-GERAL

TERMOS REGISTRADOS NA 1ª SUBPROCURADORIA GERAL DO DISTRITO FEDERAL.

DISPENSADOS DE PUBLICAÇÃO NA FORMA DO DECRETO 78.382/76.

OCUPAÇÃO DE ESPAÇOS EM PRÓPRIOS DO DISTRITO FEDERAL

OCUPAÇÃO PISCINA

PROCESSO Nº: 289091 81
OCUPANTE: TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO
OBJETO: Ocupação da Piscina Coberta do Centro Desportivo "Presidente Médici", para Identificação Pública das Provas de Portugues do Concurso Público, para Datilógrafo do Tribunal de Contas da União.
PRAZO: 01 (um) dia, (dia 24 de março de 1981).
VALOR: Cr$ 59.922,00 (cinqüenta e nove mil, novecentos e vinte e dois cruzeiros).

Brasília, 03 de abril de 1981.

ORLANDO MIRANDA DE ARAGÃO
1º Subprocurador-Geral do DF
Substituto

RESSARCIMENTO DE DANOS:

PROCESSO Nº: 017000 80
PARTES: DF SSP x BENEDITO CONCEIÇÃO DA COSTA PINHEIRO
OBJETO: Ressarcimento de danos causados em poste de iluminação pública, instalado no Eixo — Sul, em frente à SQS 103.
VALOR: Cr$ 36.899,76 (trinta e seis mil, oitocentos e noventa e nove cruzeiros e setenta e seis centavos)
PRAZO: 24 (vinte e quatro) meses
FORMA DO RESSARCIMENTO: 24 (vinte e quatro) parcelas no valor de Cr$ 1.537,49 (um mil, quinhentos e trinta e sete cruzeiros e quarenta centavos) cada, a partir de 30 de abril de 1981.

PROCESSO Nº: 011456 80
PARTES: DF SSP x CARLOS ROBERTO DE JESUS
OBJETO: Ressarcimento de danos causados em poste de iluminação pública, instalado na EPTG, após o balão de Taguatinga para o SIA.
VALOR: Cr$ 20.452,98 (vinte mil, quatrocentos e cinqüenta e dois cruzeiros e noventa e oito centavos)
PRAZO: 06 (seis) meses
FORMA DO RESSARCIMENTO: 06 (seis) parcelas no valor de Cr$ 3.408,83 (três mil, quatrocentos e oito cruzeiros e oitenta e três centavos) cada, a partir de 30 de abril de 1981.

PROCESSO Nº: 001.524 81
PARTES: DF SSP x JOAQUIM PEREIRA DA SILVA
OBJETO: Ressarcimento de danos causados em poste de iluninação publica, instalado na pista do Núcleo Bandeirante, próximo à entrada para Taguatinga.
VALOR: Cr$ 39.139,20 (trinta e nove mil, cento e trinta e nove cruzeiros e vinte centavos)
PRAZO: 24 (vinte e quatro) meses
FORMA DO RESSARCIMENTO: 24 (vinte e quatro) parcelas no valor de Cr$

1.630,80 (um mil, seiscentos e trinta cruzeiros e oitenta centavos) cada, a partir de 30 de abril de 1981.

Brasília, 06 de abril de 1981

ORLANDO MIRANDA DE ARAGÃO
1º Subprocurador-Geral
Substituto

PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS:

PROCESSO Nº: 050945 81
PARTES: DF SEF x IBM DO BRASIL – INDÚSTRIA, MÁQUINAS E SERVIÇOS LTDA.
OBJETO: Prestação de Serviços de Manutenção das Máquinas de escrever elétricas, marca IBM, e COMPOSER Eletrônica, de propriedade do GDF, instalada na Secretaria de Finanças.
VALOR: Cr$ 508.792,50 (quinhentos e oito mil, setecentos e noventa e dois cruzeiros e cinqüenta centavos)
NOTA DE EMPENHO: 097 81-SEF.
PRAZO: A partir da publicação até 31 de dezembro de 1981.

PROCESSO Nº: 195183 81
PARTES: DF RA-V x PLANTEL S A
OBJETO: Manutenção do Grupo Executivo "GTE-800", composto por 15 (quinze) aparelhos telefônicos modelo 849 e acessórios normais, instalados na Administração Regional de Sobradinho.
VALOR: Cr$ 36.450,00 (trinta e seis mil, quatrocentos e cinqüenta cruzeiros)
NOTA DE EMPENHO: 009 81-RA-V
PRAZO: A partir da publicação até 31 de dezembro de 1981.

PROCESSO Nº: 150017 81
PARTES: DF ASRIA x PLANTEL S A
OBJETO: Manutenção de 10 (dez) aparelhos telefônicos "GTE" instalados na Administração do Setor Residencial, Indústria e Abastecimento.
VALOR: Cr$ 28.800,00 (vinte e oito mil, oitocentos cruzeiros)
NOTA DE EMPENHO: 005 81-ASRIA
PRAZO: A partir da publicação até 31 de dezembro de 1981.

Brasília, 03 de abril de 1981

ORLANDO MIRANDA DE ARAGÃO
1º Subprocurador-Geral do DF
Substituto

OCUPAÇÃO DE ESPAÇOS EM PRÓPRIOS DO DISTRITO FEDERAL

FEIRA PERMANENTE:

PROCESSO Nº: 195863 80
OCUPANTE: FRANCISCO DE DEUS DO VALE
OBJETO: Ocupação do Box nº 07 – Bloco "G" da Feira Permanente de Sobradinho, destinado à venda de frutas em geral.
PRAZO: 24 (vinte e quatro) meses, a partir da assinatura
VALOR: Cr$ 1.198,40 (um mil, cento e noventa e oito cruzeiros e quarenta centavos) mensais.

PROCESSO Nº: 165459 81
OCUPANTE: JOSÉ IZAIAS SILVA
OBJETO: Ocupação do Box nº 14 – Conjunto 20, da Feira Permanente do Gama, destinado à venda de Carnes.
PRAZO: 24 (vinte e quatro) meses, a partir da assinatura
VALOR: Cr$ 2.400,00 (dois mil e quatrocentos cruzeiros) mensais.

PROCESSO Nº: 165335 81
OCUPANTE: JOSÉ ANTUNES PINHEIRO
OBJETO: Ocupação do Box nº 18 – Conjunto 06, da Feira Permanente do Gama, destinado à venda de Produtos Hortifrutigranjeiros.
PRAZO: 24 (vinte e quatro) meses, a partir da assinatura.
VALOR: Cr$ 695,00 (seiscentos e noventa e cinco cruzeiros) mensais.

PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS:

PROCESSO Nº: 180047/81
PARTES: DF/RA-IV x COTRIL S/A – Máquinas e Equipamentos
OBJETO: Reparos e Manutenção, incluindo substituição de peças, para um Trator FIAT-ALLIS, modelo AD-7C, tombamento nº 32.497 e em uma Pá Mecânica, FIAT-ALLIS, tombamento nº 71.134, pertencentes à Patrulha Motomecanizada da Administração Regional de Brazlândia.
VALOR: Cr$ 200.000,00 (duzentos mil cruzeiros)
NOTA DE EMPENHO: 012/81-RA-IV
PRAZO: A partir da publicação até 31 de dezembro de 1981.

PROCESSO Nº: 210110/81
PARTES: DF/RA-VI x CASA PLANETA DE BRASÍLIA S/A
OBJETO: Fornecimento de peças e acessórios e Prestação de Serviços a 02 (dois) Micro-Tratores "TOBATA" e seus equipamentos, pertencentes a Administração Regional de Planaltina.
VALOR: Cr$ 14.000,00 (quatorze mil cruzeiros)
NOTA DE EMPENHO: 009/81-RA-VI
PRAZO: A partir da publicação até 31 de dezembro de 1981.

PROCESSO Nº: 110833/81
PARTES: DF/SEF x DUPLIFAX COMÉRCIO E REPRESENTAÇÕES LTDA.
OBJETO: Execução de Serviços Técnicos e Manutenção Preventiva de 04 (quatro) Duplicadores a Tinta, marca GESTETNER e uma Gravadora eletrônica, marca GESTETNER instalados no Edifício-Sede, Escola de Polícia e Divisão de Material.
VALOR: Cr$ 44.000,00 (quarenta e quatro mil, cruzeiros)
NOTA DE EMPENHO: 151/81-DIFIN
PRAZO: A partir da publicação até 31 de dezembro de 1981

Brasília, 06 de abril de 1981.

ORLANDO MIRANDA DE ARAGÃO
1º Subprocurador-Geral do DF
Substituto

TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

ATOS DO PRESIDENTE

PORTARIA Nº 65, DE 07 DE ABRIL DE 1981

O PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL, no uso de suas atribuições legais e regimentais, tendo em vista a homologação das listas finais de classificação, e o que mais consta do Processo nº 2844 80,

RESOLVE:

Conceder progressão vertical, a partir de 27 de março do corrente ano, de acordo com o disposto nos artigos 9º, incisos I e II, 16, inciso I, e 60, § 2º, parte final, todos da Resolução nº 12, de 18 de setembro de 1980, da Classe "A", Referência NS-16, para a Classe "B", Referência NS-17, da Categoria Funcional de Técnico de Controle Externo, Código TCDF-CE-011, do Grupo – Atividades de Controle Externo, do Quadro de Pessoal dos Serviços Auxiliares, aos seguintes funcionários:

I – POR ANTIGUIDADE

ROBERTO LUIZ DE MENDONÇA

II – POR MERECIMENTO

REGINA JOSÉ LATFFALAH KURY

Brasília-DF, 07 de abril de 1981.

GERALDO DE OLIVEIRA FERRAZ
Presidente

PORTARIA Nº 66, DE 07 DE ABRIL DE 1981

O PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL, no uso de suas atribuições legais e regimentais, tendo em vista a homologação das listas finais de classificação, e o que mais consta do Processo nº 2844/80,

RESOLVE:

Conceder progressão vertical, a partir de 27 de março do corrente ano, de acordo, com o disposto nos artigos 9º, incisos I e II, 16, inciso I, e 60, § 2º, parte final, todos da Resolução nº 12, de 18 de setembro de 1980, da Classe "A", Referência NM.25, para a Classe "B", Referência NM.26, da Categoria Funcional de Auxiliar de Controle Externo, Código TCDF-CE-012, do Grupo — Atividades de Controle Externo, do Quadro de Pessoal dos Serviços Auxiliares, aos seguintes funcionários:

I — POR ANTIGUIDADE

RICARDO MARINHO BANDEIRA DE MELLO

II — POR MERECIMENTO

PACÍFICO MENDES DA COSTA

Brasília-DF, 07 de abril de 1981

GERALDO DE OLIVEIRA FERRAZ
Presidente

PORTARIA Nº 68, DE 09 DE ABRIL DE 1981

O PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL, no uso de suas atribuições legais, e tendo em vista o que consta do Processo nº 361/81,

RESOLVE:

Dispensar, a pedido, DEUSIMAR LEITE ROLIM, Chefe da Secretaria de Apoio Técnico, Código TCDF-DAI-111.3, do Quadro de Pessoal dos Serviços Auxiliares deste Tribunal, das funções de membro da Comissão de Processo Administrativo, designado pela Portaria nº 46, de 11 de março de 1981.

Brasília-DF, 09 de abril de 1981
GERALDO DE OLIVEIRA FERRAZ
Presidente

PORTARIA Nº 69, DE 09 DE ABRIL DE 1981

O PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL, no uso da competência que lhe confere o art. 218, da Lei nº 1.711, de 28 de outubro de 1952, (Estatuto dos Funcionários Públicos Civis da União), e tendo em vista o que consta do Processo nº 361/81,

RESOLVE:

Designar MARIA ÂNGELA DE GODOI, Técnico de Controle Externo, Código TCDF-CE-C11, Classe "A", Referência NS-16, do Quadro de Pessoal dos Serviços Auxiliares deste Tribunal, para integrar a Comissão de Processo Administrativo de que trata a Portaria nº 46, de 11 de março de 1981.

Brasília-DF, 09 de abril de 1981.
GERALDO DE OLIVEIRA FERRAZ
Presidente

ATA DA 1889a. SESSÃO ORDINÁRIA DO TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

Aos 26 dias do mês de março de 1981, às 15:00 horas, na Sala das Sessões do Tribunal, presentes os Conselheiros JOSÉ PARSIFAL BARROSO, RAUL SOARES DA SILVEIRA e ROGÉRIO NUNES, os Auditores RAIMUNDO DE MENEZES VIEIRA e MODESTO MARQUES DE OLIVEIRA e a Procuradora-Geral Dra. ELVIA LORDELLO CASTELLO BRANCO, o Presidente, Conselheiro GERALDO FERRAZ, declarou aberta a Sessão.

E X P E D I E N T E

Foi aprovada a ata da 1888a. Sessão Ordinária.

O Senhor Presidente deu conhecimento ao Plenário de convite recebido do Exmo. Senhor Secretário de Saúde do Distrito Federal para a inauguração, no próximo dia 31, do Laboratório Regional da Ceilândia e de nove Centros de Saúde naquela Cidade Satélite.

J U L G A M E N T O S

RELATADOS PELO CONSELHEIRO JOSÉ PARSIFAL BARROSO

PROCESSO Nº 798/80 - Aposentadoria do servidor MOACIR BELCHIOR; aos autos se juntou ato de retificação da aposentadoria.- Cumprida satisfatoriamente diligência ordenada, o Tribunal, de acordo com o parecer da Procuradoria-Geral, considerou legal o ato de aposentadoria, retificado pelo de fls. 30.

PROCESSO Nº 2539/80 - Aposentadoria do servidor AMADOR FRANCISCO DE SOUZA.- O Tribunal determinou diligência, de acordo com o parecer da Procuradoria-Geral — concedendo ao órgão próprio da Secretaria de Administração o prazo de 30 (trinta) dias para atendimento.

PROCESSO Nº 2549/80 - Aposentadoria do servidor JOSÉ LOURENÇO DOS SANTOS;

PROCESSO Nº 3036/80 - Aposentadoria do servidor CÍCERO GONÇALVES SIMÕES.

- O Tribunal, de acordo com os pareceres da Procuradoria-Geral, considerou legais os atos de aposentadoria, determinando à Inspetoria-Geral os competentes registros.

PROCESSO Nº 136/81 - Decreto nº 5730/80, que abre crédito suplementar a favor da Secretaria de Educação e Cultura, no valor de Cr$2.700.000,00;

PROCESSO Nº 150/81 - Decreto nº 5685/80, que abre crédito suplementar a favor da Secretaria de Serviços Públicos, no valor de Cr$1.000.000,00;

PROCESSO Nº 151/81 - Decreto nº 5665/80, que abre crédito suplementar a favor de diversas Unidades Orçamentárias, no valor de Cr$157.616.250,00;

PROCESSO Nº 152/81 - Decreto nº 5731/80, que abre crédito suplementar a favor de diversas Unidades Orçamentárias, no valor de Cr$74.810.453,00.

- O Tribunal tomou conhecimento dos Decretos.

PROCESSO Nº 356/81 - Contrato de prestação de serviços de assessoria técnica para elaboração do Plano Diretor de Desenvolvimento Institucional da CAESB, celebrado entre a Companhia de Água e Esgotos de Brasília e a firma Bruno L.S. Manzolillo - Consultoria de Organização e Treinamento;

PROCESSO Nº 451/81 - Contrato de prestação de serviços celebrado entre a Companhia de Eletricidade de Brasília e a firma SHARP S/A - Equipamentos Eletrônicos.

- O Tribunal tomou conhecimento e determinou a baixa dos processos à Inspetoria-Geral, para os devidos fins.

PROCESSO Nº 427/81 - Aposentadoria do servidor LUIZ ROCHA FARIAS.- O Tribunal determinou diligência, de acordo com o parecer da Procuradoria-Geral — concedendo ao órgão próprio da Secretaria de Administração o prazo de 15 (quinze) dias para atendimento.

PROCESSO Nº 473/81 - Atas das 409a., 410a., 411a. e 412a. reuniões do Conselho Fiscal da Fundação do Serviço Social.- O Tribunal determinou diligência, de acordo com a informação da Inspetoria-Geral — concedendo o prazo de 15 (quinze) dias para atendimento.

PROCESSO Nº 567/81 - Notas de empenho de nºs. 006/81 e 008/81, emitidas pela Administração do Setor Residencial, Indústria e Abastecimento;

PROCESSO Nº 581/81 - Nota de empenho nº 86/81 e outras, emitidas pela Secretaria de Segurança Pública.

- O Tribunal decidiu considerar correta a classificação das despesas.

RELATADOS PELO CONSELHEIRO RAUL SOARES DA SILVEIRA

PROCESSO Nº 621/80 - Aposentadoria do servidor JOSÉ WENCESLAU AMARAL;

PROCESSO Nº 2704/80 - Aposentadoria do servidor JOÃO BATISTA DA COSTA;

PROCESSO Nº 2962/80 - Aposentadoria do servidor JOSÉ MOREIRA DA SILVA;

PROCESSO Nº 3497/80 - Aposentadoria do servidor ALDINO FRANCISCO DAS CHAGAS;

PROCESSO Nº 428/81 - Aposentadoria do servidor JOSÉ PEREIRA DE FARIAS.

- O Tribunal, de acordo com os pareceres da Procuradoria-Geral, considerou legais os atos de aposentadoria, determinando à Inspetoria-Geral os competentes registros.

PROCESSO Nº 94/81 - Decreto nº 5697/80, que abre crédito suplementar a favor da Secretaria de Saúde, no valor de Cr$..... 3.144.000,00;

PROCESSO Nº 96/81 - Decreto nº 5703/80, que abre crédito suplementar a favor da Administração da Estação Rodoviária de Brasília, no valor de Cr$859.000,00;

PROCESSO Nº 195/81 - Decreto nº 5749/80, que abre crédito suplementar a favor da Secretaria de Administração, no valor de Cr$1.529.891,00.

- O Tribunal tomou conhecimento dos Decretos.

PROCESSO Nº 263/81 - Nota de empenho nº 71/81 e outras, emitidas pelo Departamento de Turismo;

PROCESSO Nº 267/81 - Nota de empenho nº 54/81 e outras, emitidas pelo Departamento de Turismo;

PROCESSO Nº 499/81 - Nota de empenho nº 119/80 e outras, emitidas pela Secretaria de Viação e Obras;

PROCESSO Nº 500/81 - Notas de empenho de nºs. 90/80 e 88/80, emitidas pela Região Administrativa II - Gama;

PROCESSO Nº 580/81 - Nota de empenho nº 106/81 e outras, emitidas pela Secretaria de Segurança Pública.

- O Tribunal decidiu considerar correta a classificação das despesas.

PROCESSO Nº 540/81 - Ata da 1295a. reunião da Junta de Controle do Departamento de Estradas de Rodagem do Distrito Federal.- O Tribunal tomou conhecimento e determinou a baixa do processo à Inspetoria-Geral, para os devidos fins.

RELATADOS PELO CONSELHEIRO ROGÉRIO NUNES

PROCESSO Nº 1071/75-STC, ao qual foram anexados os processos de nºs. 1689/75 e 1566/75-STC, relativos a ajustes celebrados entre o Distrito Federal e diversas entidades, objetivando a utilização de dependências do Centro Desportivo "Presidente Médici". Aos autos foi juntado expediente do Exmo. Senhor Secretário de Finanças encaminhando a esta Corte cópias de documentos que comprovam a liquidação de débitos de responsabilidade das entidades arroladas no Of. GP nº 760/80, dirigido àquela Secretaria.- O Tribunal, tomando conhecimento, determinou o arquivamento do processo.

PROCESSO Nº 2946/79 - Aposentadoria do servidor ROMEU BARBA JOBIM;

PROCESSO Nº 619/80 - Aposentadoria do servidor AUGUSTO CORREIA DA SILVA;

PROCESSO Nº 2312/80 - Aposentadoria do servidor ANTONIO SEBASTIÃO BARBOSA;

PROCESSO Nº 2698/80 - Aposentadoria do servidor ZACARIAS BEZERRA.

- O Tribunal, de acordo com os pareceres da Procuradoria-Geral, considerou legais os atos de aposentadoria, determinando à Inspetoria-Geral os competentes registros.

PROCESSO Nº 754/80 - Convênio nº 59/79 celebrado entre o Distrito Federal, através da Administração Regional de Brazlândia, e a Companhia Urbanizadora da Nova Capital do Brasil, regulando a execução dos serviços de urbanização em Brazlândia. Veio juntar-se ao processo — em face de determinação da Corte constante do Of. GP nº 308/80 — termo de re-ratificação do convênio citado.- Cumprida satisfatoriamente diligência ordenada, o Tribunal, tomando conhecimento, determinou o arquivamento do processo.

PROCESSO Nº 77/81 - Decreto nº 5705/80 - que abre crédito suplementar a favor da Administração do Setor Residencial, Indústria e Abastecimento, no valor de Cr$1.700.000,00;

PROCESSO Nº 100/81 - Decreto nº 5690/80, que abre crédito suplementar a favor da Secretaria de Viação e Obras, no valor de Cr$200.000,00;

PROCESSO Nº 102/81 - Decreto nº 5689/80, que abre crédito suplementar a favor da Secretaria de Administração, no valor de Cr$592.500,00.

- O Tribunal tomou conhecimento dos Decretos.

PROCESSO Nº 224/81 - Nota de empenho nº 06/81 e outras, emitidas pela Secretaria de Viação e Obras;

PROCESSO Nº 261/81 - Nota de empenho nº 012/81 e outras, emitidas pelo Departamento de Educação Física, Esportes e Recreação (DEFER);

PROCESSO Nº 348/81 - Nota de empenho nº 01/81 e outras, emitidas pela Secretaria de Finanças;

PROCESSO Nº 568/81 - Nota de empenho nº 02/81 e outras, emitidas pela Região Administrativa-II Gama.

- O Tribunal decidiu considerar correta a classificação das despesas.

PROCESSO Nº 623/81 - Ata da 1296a. reunião ordinária da Junta de Controle do Departamento de Estradas de Rodagem do Distrito Federal.- O Tribunal tomou conhecimento e determinou a baixa do processo à Inspetoria-Geral, para os devidos fins.

RELATADOS PELO AUDITOR RAIMUNDO DE MENEZES VIEIRA

PROCESSO Nº 947/81 - Representação da Diretoria-Geral de Administração encaminhando expediente da Comissão de Progressão e Ascensão Funcionais, pelo qual se submetem ao Senhor Presidente — para o fim previsto no art. 40, § 1º, in fine, da Resolução nº 12/80 — instruções e programas concernentes ao processo seletivo com vistas à progressão especial e ascensão para a Categoria de Técnico de Controle Externo e outras integrantes da Tabela de Empregos Permanentes dos Serviços Auxiliares.- Decidiu o Tribunal aprovar as instruções e os programas, com as emendas introduzidas pelo Plenário, acolhendo as sugestões do Relator, a fls. 31. Decidiu ainda autorizar o fornecimento gratuito aos candidatos inscritos de cópias xerográficas de textos necessários a sua preparação para as provas — caso haja solicitação dos interessados.

PROCESSO Nº 2396/80 - Aposentadoria do servidor DARIO CARDOSO DE OLIVEIRA;

PROCESSO Nº 3063/80 - Aposentadoria do servidor FERNANDO BARBOSA LEAL.

- O Tribunal, de acordo com os pareceres da Procuradoria-Geral, considerou legais os atos de aposentadoria, determinando à Inspetoria-Geral os competentes registros.

PROCESSO Nº 3186/80 - Aposentadoria do servidor JOAQUIM LOPES DOS REIS;

PROCESSO Nº 52/81 - Aposentadoria do servidor JOSÉ MARIA DA CRUZ.

- O Tribunal determinou diligências, de acordo com os pareceres da Procuradoria-Geral — concedendo ao órgão próprio da Secretaria de Administração o prazo de 30 (trinta) dias para atendimento.

PROCESSO Nº 3436/80 - Decreto nº 5635/80, que abre crédito suplementar a favor da Polícia Militar do Distrito Federal, no valor de Cr$827.910,09;

PROCESSO Nº 139/81 - Decreto nº 5681/80, que abre crédito suplementar a favor da Secretaria de Viação e Obras, no valor de Cr$23.366.369,00;

PROCESSO Nº 149/81 - Decreto nº 5732/80, que abre crédito suplementar a favor da Secretaria de Saúde, no valor de Cr$..... 16.331.000,00.

- O Tribunal tomou conhecimento dos Decretos.

PROCESSO Nº 299/81 - Nota de empenho nº 17/81 e outras, emitidas pelo Instituto de Desenvolvimento de Recursos Humanos;

PROCESSO Nº 388/81 - Nota de empenho nº 504/80 e outras, emitidas pela Secretaria de Finanças;

PROCESSO Nº 579/81 - Nota de empenho nº 02/81 e outras, emitidas pela Região Administrativa-IV - Brazlândia.

- O Tribunal decidiu considerar correta a classificação das despesas.

PROCESSO Nº 325/81 - Nota de empenho nº 011/81, emitida pelo Instituto de Desenvolvimento de Recursos Humanos.- O Tribunal determinou diligência, de acordo com a informação da Inspetoria-Geral.

PROCESSO Nº 448/81 - Contrato celebrado entre a Companhia de Eletricidade de Brasília e a Companhia Comercial de Automóveis, para o fornecimento de peças e serviços.- O Tribunal tomou conhecimento e determinou a baixa do processo à Inspetoria-Geral, para os devidos fins.

RELATADOS PELO AUDITOR MODESTO MARQUES DE OLIVEIRA

PROCESSO Nº 2255/80 - Aposentadoria da servidora ELSI SILVA.- O Tribunal determinou diligência, de acordo com o parecer da Procuradoria-Geral — concedendo ao órgão próprio da Secretaria de Administração o prazo de 30 (trinta) dias para atendimento.

PROCESSO Nº 2590/80 - Aposentadoria do servidor RAIMUNDO OLDECI DE CARVALHO;

PROCESSO Nº 2594/80 - Aposentadoria do servidor ISÍDIO CARMO DE SOUZA;

PROCESSO Nº 2596/80 - Aposentadoria do servidor PEDRO FRANCISCO DOURADO;

PROCESSO Nº 2711/80 - Aposentadoria do servidor MÁRIO ALVES RIBEIRO;

PROCESSO Nº 2716/80 - Aposentadoria do servidor GERALDO MIGUEL DO CARMO;

PROCESSO Nº 2718/80 - Aposentadoria do servidor ERNESTO NOGUEIRA DA CRUZ;

PROCESSO Nº 2955/80 - Aposentadoria do servidor NELSON VICENTE DE SOUZA;

PROCESSO Nº 3348/80 - Aposentadoria do servidor JOSÉ RODRIGUES PORTO.

- O Tribunal, de acordo com os pareceres da Procuradoria-Geral, considerou legais os atos de aposentadoria, determinando à Inspetoria-Geral os competentes registros.

PROCESSO Nº 3463/80 - Decreto nº 5654/80, que abre crédito suplementar a favor da Administração do Setor Residencial, Indústria e Abastecimento, no valor de Cr$97.900,00;

PROCESSO Nº 69/81 - Decreto nº 5692/80, que abre crédito suplementar a favor da Secretaria de Educação e Cultura, no valor de Cr$1.000.000,00;

PROCESSO Nº 71/81 - Decreto nº 5691/80, que abre crédito suplementar a favor da Secretaria de Viação e Obras, no valor de Cr$8.500.000,00;

PROCESSO Nº 73/81 - Decreto nº 5688/80, que abre crédito suplementar a favor da Região Administrativa II - Gama, no valor de Cr$1.980.000,00;

PROCESSO Nº 76/81 - Decreto nº 5706/80, que abre crédito suplementar a favor da Secretaria de Educação e Cultura, no valor de Cr$27.756.724,00;

PROCESSO Nº 134/81 - Decreto nº 5726/80, que abre crédito suplementar a favor desta Corte de Contas, no valor de Cr$..... 900.000,00;

PROCESSO Nº 135/81 - Decreto nº 5725/80, que abre crédito suplementar a favor da Secretaria de Viação e Obras, no valor de Cr$2.368.476,00;

PROCESSO Nº 137/81 - Decreto nº 5729/80, que abre crédito suplementar a favor do Instituto de Saúde do Distrito Federal, no valor de Cr$130.000,00.

- O Tribunal tomou conhecimento dos Decretos.

PROCESSO Nº 314/81 - Nota de empenho nº 01/81-ASCNB e outras, emitidas por diversas Regiões Administrativas.- O Tribunal decidiu considerar correta a classificação das despesas.

PROCESSO Nº 336/81 - Prestação de contas de auxílio financeiro concedido em 1980 ao Clube Carnavalesco Misto As Pás Douradas de Brasília, no valor de Cr$60.000,00.- O Tribunal julgou boas e bem prestadas as contas.

PROCESSO Nº 459/81 - Balancete da Fundação do Serviço Social, mês de dezembro/80;

PROCESSO Nº 588/81 - Balancete da Sociedade de Transportes Coletivos de Brasília, mês de dezembro/80.

- O Tribunal tomou conhecimento e determinou a baixa dos processos à Inspetoria-Geral, para acompanhamento sistemático das operações das entidades e futura contrasteação com suas contas anuais.

PROCESSO Nº 626/81 - Atas da 207a. reunião ordinária da Diretoria Consultiva do DER-DF e da 703a. reunião ordinária do Conselho Rodoviário do Distrito Federal.- O Tribunal tomou conhecimento e determinou a baixa do processo à Inspetoria-Geral, para os devidos fins.

Encerrada a fase de julgamento de processos, o Senhor Presidente propôs, com o apoio do Plenário, que a Corte se congratulasse com o Exmo. Senhor Presidente da República e com os Exmos. Senhores Ministros da Marinha, Exército e Aeronáutica pelo transcurso do 17º aniversário da Revolução de 31 de março.

Ao justificar sua proposição, o Senhor Presidente recordou as etapas essenciais do caminho percorrido pela Revolução, salientando que cada Presidente da República, do Marechal CASTELLO BRANCO ao General JOÃO FIGUEIREDO, cada um em seu estilo próprio, soube dirigir o processo com exemplar dedicação e fidelidade aos ideais revolucionários — até chegarmos hoje ao cumprimento, sob o comando do Presidente JOÃO FIGUEIREDO, do último compromisso assumido com o povo: o estabelecimento de um sólido regime democrático.

Nada mais havendo a tratar, às 18:00 horas o Senhor Presidente declarou encerrada a Sessão. E, para constar, eu,

ALBERTO XAVIER DE ALMEIDA, Secretário das Sessões, lavrei a presente ata, que, depois de lida e achada conforme, vai assinada pelo Presidente, Conselheiros e Procuradora-Geral.

GERALDO FERRAZ

JOSÉ WAMBERTO

JOSÉ PARSIFAL BARROSO

RAUL SOARES DA SILVEIRA

RAIMUNDO DE MENEZES VIEIRA

MODESTO MARQUES DE OLIVEIRA

ELVIA LORDELLO CASTELLO BRANCO

ATA DA 1890a. SESSÃO ORDINÁRIA DO TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

Aos 07 dias do mês de abril de 1981, às 15:00 horas, na Sala das Sessões do Tribunal, presentes os Conselheiros JOSÉ WAMBERTO, JOSÉ PARSIFAL BARROSO e RAUL SOARES DA SILVEIRA, o Conselheiro-Substituto RAIMUNDO DE MENEZES VIEIRA, o Auditor MODESTO MARQUES DE OLIVEIRA e a Procuradora-Geral Dra. ELVIA LORDELLO CASTELLO BRANCO, o Presidente, Conselheiro GERALDO FERRAZ, declarou aberta a Sessão.

E X P E D I E N T E

Foi aprovada a ata da 1889a. Sessão Ordinária.

O Senhor Presidente informou o Plenário de que convocara o Auditor RAIMUNDO DE MENEZES VIEIRA para substituir, a partir do dia 06 deste, o Conselheiro ROGÉRIO NUNES, que, naquela data, entrou em gozo de férias.

A seguir, deu conhecimento ao Plenário dos seguintes expedientes:

— Dois ofícios do Exmo. Senhor Presidente do Tribunal de Contas do Estado do Piauí, Conselheiro JOSÉ ODON MAIA ALENCAR, datados de 13 e 18 de março último, pelos quais, respectivamente, agradece o recebimento da tese "Um Ministério Público constitucionalizado e independente como fator de fortalecimento dos Tribunais de Contas", apresentada pela Procuradora-Geral Dra. ELVIA LORDELLO CASTELLO BRANCO ao XI Congresso dos Tribunais de Contas, e dos pareceres emitidos pelo Conselheiro JOSÉ PARSIFAL BARROSO sobre as propostas de emenda à Constituição Federal oferecidas durante a XI Reunião do Conselho Dirigente do Centro de Coordenação dos Tribunais de Contas do Brasil.

— Ofício do Exmo. Senhor Secretário de Finanças do Distrito Federal, Dr. FERNANDO TUPINAMBÁ VALENTE, encaminhando à Corte cópia da escritura de doação do lote nº 226, da Quadra 01, do loteamento denominado Setor de Garagens Oficiais-SGO — doação feita pela TERRACAP ao Distrito Federal, para uso do TCDF.

— Convite do Exmo. Senhor Presidente do Tribunal Superior do Trabalho, Ministro RAYMUNDO DE SOUZA MOURA, para a sessão solene de instalação do Congresso Jurídico, que aquele Tribunal realizará, de 28 de abril a 1º de maio do corrente ano, em comemoração ao 40º aniversário da Justiça do Trabalho Brasileira; o ato solene terá início às 10 horas do próximo dia 28 e será presidido pelo Exmo. Senhor Presidente da República.

— Carta do General JAYME PORTELLA DE MELLO agradecendo as felicitações da Corte pela investidura do seu filho ÁLCIO CARVALHO PORTELLA no cargo de Diretor de Recursos Logísticos do Banco do Brasil.

— Telex do Exmo. Senhor Ministro do Exército, General WALTER PIRES, agradecendo homenagem prestada pela Corte à Revolução de 31 de março, por motivo do transcurso de seu 17º aniversário.

E X P E D I E N T E

RELATADOS PELO CONSELHEIRO JOSÉ WAMBERTO

PROCESSO Nº 2420/80 - Pensão especial concedida à família do ex-servidor JOSÉ HUMBERTO FREIRE QUEIROZ.- Cumprida diligência ordenada, o Tribunal julgou legal a concessão, determinando se corrija o título de fls. 22, consoante o parecer da Procuradoria-Geral de fls. 39.

PROCESSO Nº 2449/80 - Reforma do policial GONÇALO DE LIMA.- O Tribunal, de acordo com o parecer da Procuradoria-Geral, considerou legal o ato de reforma, determinando à Inspetoria-Geral o competente registro.

PROCESSO Nº 2958/80 - Aposentadoria do servidor JOSINO GONÇALVES PEREIRA.- O Tribunal determinou diligência, de acordo com o parecer da Procuradoria-Geral.

PROCESSO Nº 3490/80 - Aposentadoria da servidora MARIA TEREZINHA MENEZES REZENDE;

PROCESSO Nº 3693/79 - Aposentadoria da servidora IRACI CARNEIRO DA SILVA.

- O Tribunal determinou diligências, de acordo com os pareceres da Procuradoria-Geral — concedendo ao órgão próprio da Secretaria de Administração o prazo de 30 (trinta) dias para atendimento.

PROCESSO Nº 3003/80 - Pensão especial concedida aos genitores do ex-funcionário CARLOS PAULINO DE SOUSA.- Cumprida satisfatoriamente diligência ordenada, o Tribunal, de acordo com o parecer da Procuradoria-Geral, considerou legal a concessão.

PROCESSO Nº 3462/80 - Decreto nº 5655/80, que abre crédito suplementar a favor da Secretaria de Segurança Pública, no valor de Cr$12.000.000,00.- O Tribunal tomou conhecimento do Decreto.

PROCESSO Nº 276/81 - Pensão especial concedida a ANTÔNIO DE SOUZA, filho do ex-servidor CELESTINO DE SOUZA.- O Tribunal determinou diligência, de acordo com o parecer da Procuradoria-Geral — concedendo ao órgão próprio da Secretaria de Administração o prazo de 45 (quarenta e cinco) dias para atendimento.

PROCESSO Nº 545/81 - Nota de empenho nº 13/81 e outras, emitidas pela Administração da Estação Rodoviária de Brasília;

PROCESSO Nº 577/81 - Nota de empenho nº 85/81 e outras, emitidas por esta Corte de Contas;

PROCESSO Nº 585/81 - Nota de empenho nº 78/81 e outras, emitidas pela Secretaria de Segurança Pública;

PROCESSO Nº 586/81 - Nota de empenho nº 109/81 e outras, emitidas pela Secretaria de Segurança Pública;

PROCESSO Nº 587/81 - Nota de empenho 94/81 e outras, emitidas pela Secretaria de Segurança Pública.

- O Tribunal decidiu considerar correta a classificação das despesas.

PROCESSO Nº 624/81 - Atas das 535a. a 547a. Sessões Ordinárias do Conselho Fiscal da Fundação Zoobotânica do DF;

PROCESSO Nº 625/81 - Atas das 397a. a 401a. reuniões da Junta de Controle do Departamento de Trânsito do Distrito Federal.

- O Tribunal tomou conhecimento e determinou a baixa dos processos à Inspetoria-Geral, para os devidos fins.

RELATADOS PELO CONSELHEIRO JOSÉ PARSIFAL BARROSO

PROCESSO Nº 2384/80 - Aposentadoria do servidor JOSÉ FARIA;

PROCESSO Nº 2393/80 - Aposentadoria do servidor ZACARIAS PORFÍRIO;

PROCESSO Nº 2529/80 - Aposentadoria do servidor ARNÓBIO PEREIRA DA SILVA;

PROCESSO Nº 3040/80 - Aposentadoria do servidor JOÃO CHAVES FIGUEIREDO;

PROCESSO Nº 3337/80 - Aposentadoria do servidor JOAQUIM RODRIGUES DE SOUZA;

PROCESSO Nº 3475/80 - Aposentadoria do servidor DURVAL VICENTE DOS SANTOS;

PROCESSO Nº 3503/80 - Aposentadoria do servidor TEÓFILO CUSTÓDIO RODRIGUES.

- O Tribunal, de acordo com os pareceres da Procuradoria-Geral, considerou legais os atos de aposentadoria, determinando à Inspetoria-Geral os competentes registros.

PROCESSO Nº 98/81 - Decreto nº 5701/80, que abre crédito suplementar a favor da RA-VI Planaltina, no valor de Cr$707.430,00.- O Tribunal tomou conhecimento do Decreto.

PROCESSO Nº 127/81 - Nota de empenho nº 452/80 e outras, emitidas pela Secretaria de Segurança Pública;

PROCESSO Nº 501/81 - Nota de Empenho nº 653/80 e outras, emitidas pelo Serviço Autônomo de Limpeza Urbana;

PROCESSO Nº 596/81 - Nota de empenho nº 23/81 e outras, emitidas pela Procuradoria-Geral do Distrito Federal.

- O Tribunal decidiu considerar correta a classificação das despesas.

PROCESSO Nº 537/81 - atas das 413a. e 414a. Sessões do Conselho Fiscal da Fundação do Serviço Social;

PROCESSO Nº 629/81 - Ata da 1297a. reunião da Junta de Controle do Departamento de Estradas de Rodagem do Distrito Federal;

PROCESSO Nº 691/81 - Ata da 1298a. reunião da Junta de Controle do Departamento de Estradas de Rodagem do Distrito Federal;

PROCESSO Nº 692/81 - Ata da 1299a. reunião da Junta de Controle do Departamento de Estradas de Rodagem do Distrito Federal.

- O Tribunal tomou conhecimento e determinou a baixa dos processos à Inspetoria-Geral, para os devidos fins.

RELATADOS PELO CONSELHEIRO RAUL SOARES DA SILVEIRA

PROCESSO Nº 611/78, com o quinto termo de aditamento ao convênio celebrado a 27/02/78 entre o Distrito Federal e a NOVACAP, regulando a administração da execução de obras de urbanização em Brasília. Foi juntado aos autos relatório de inspeções levadas a efeito na SVO e NOVACAP, assim como diversos documentos colhidos mediante as inspeções.- O Tribunal decidiu: a) tomar conhecimento do referido termo de aditamento e dos resultados das inspeções; b) determinar o arquivamento do processo.

PROCESSO Nº 744/80 - Aposentadoria do servidor MANOEL MOREIRA PINTO;

PROCESSO Nº 1732/80 - Aposentadoria do servidor GERALDO FERNANDES.

- Cumpridas satisfatoriamente diligências ordenadas, o Tribunal, de acordo com os pareceres da Procuradoria-Geral, considerou legais os atos de aposentadoria, determinando à Inspetoria-Geral os competentes registros.

PROCESSO Nº 2377/80 - Aposentadoria do servidor MANOEL MESSIAS FEITOSA;

PROCESSO Nº 2389/80 - Aposentadoria do servidor INÁCIO CLARO LOPES;

PROCESSO Nº 2523/80 - Aposentadoria do servidor JOÃO EUZÉBIO DA SILVA;

PROCESSO Nº 2550/80 - Aposentadoria do servidor MANOEL GOMES DE SOUZA;

PROCESSO Nº 2712/80 - Aposentadoria do servidor ORLANDO DE SOUZA DIAS;

PROCESSO Nº 2961/80 - Aposentadoria do servidor ESPEDITO FERREIRA DE SOUZA;

PROCESSO Nº 2967/80 - Aposentadoria da servidora FRANCISCA ALENCAR DE OLIVEIRA.

- O Tribunal, de acordo com os pareceres da Procuradoria-Geral, considerou legais os atos de aposentadoria, determinando à Inspetoria-Geral os competentes registros.

PROCESSO Nº 370/81 - Com relatório de inspeção realizada pela Inspetoria-Geral desta Corte na Administração do Setor Residencial, Indústria e Abastecimento.- Ao tomar conhecimento dos resultados da inspeção, o Tribunal, pelas razões expostas no voto do Relator de fls. 23-24, dispensou a diligência sugerida pela Inspetoria-Geral e determinou o arquivamento do processo.

PROCESSO Nº 508/81, contendo resultados de inspeção a que procedeu na Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do DF a Inspetoria-Geral desta Corte;

PROCESSO Nº 572/81 - Notas de empenhos de nºs. 113, 114, 115 e 093/81-TUR, emitidas pelo Departamento de Turismo.

- O Tribunal determinou diligências, de acordo com as informações da Inspetoria-Geral — concedendo à EMATER e ao DETUR, respectivamente, o prazo de 15 (quinze) dias para atendimento.

PROCESSO Nº 582/81 - Nota de empenho nº 22/81 e outras, emitidas pelo Departamento de Educação Física, Esportes e Recreação (DEFER);

PROCESSO Nº 583/81 - Nota de empenho nº 103/81 e outras, emitidas pelo Departamento de Turismo (DETUR);

PROCESSO Nº 591/81 - Nota de empenho nº 28/81 e outras, emitidas pelo Gabinete do Governador;

PROCESSO Nº 592/81 - Nota de empenho nº 26/81 e outras, emitidas pelo Conselho Penitenciário do Distrito Federal;

PROCESSO Nº 595/81 - Nota de empenho nº 831/80 e outras, emitidas pelo Departamento de Turismo do DF (DETUR);

PROCESSO Nº 597/81 - Nota de empenho nº 33/81 e outras, emitidas pela Secretaria de Viação e Obras;

PROCESSO Nº 609/81 - Nota de empenho nº 17/81 e outras, emitidas pela Secretaria de Administração;

PROCESSO Nº 620/81 - Nota de empenho nº 21/81 e outras, emitida pelo Serviço Autônomo de Limpeza Urbana (SLU);

PROCESSO Nº 621/81 - Nota de empenho nº 40/81 e outras, emitidas pela Secretaria de Serviços Públicos.

- O Tribunal decidiu considerar correta a classificação das despesas.

RELATADO PELO CONSELHEIRO-SUBSTITUTO RAIMUNDO DE MENEZES VIEIRA

PROCESSO Nº 1390/78 - Prestação de contas da Companhia Urbanizadora da Nova Capital do Brasil, relativa ao exercício de 1977.- Acolhendo a sugestão do Relator, o Tribunal decidiu enviar o processo à Procuradoria-Geral, solicitando parecer.

RELATADOS PELO AUDITOR MODESTO MARQUES DE OLIVEIRA

PROCESSO Nº 2749/80 - Comprovação de suprimento de fundos concedido ao servidor desta Corte ONOFRE DE BARROS, no valor de Cr$..... 12.000,00.- O Tribunal julgou comprovada a aplicação dada ao suprimento e determinou a baixa na responsabilidade do servidor.

PROCESSO Nº 2959/80 - Aposentadoria do servidor VITANTAS DIGLYS;

PROCESSO Nº 2963/80 - Aposentadoria do servidor LEÔNIDAS RODRIGUES DA SILVA;

PROCESSO Nº 2971/80 - Aposentadoria do servidor LÁZARO BATISTA DE SANTANA;

PROCESSO Nº 3469/80 - Aposentadoria do servidor LOURIVAL CARLOS PEREIRA.

- O Tribunal, de acordo com os pareceres da Procuradoria-Geral, considerou legais os atos de aposentadoria, determinando à Inspetoria-Geral os competentes registros.

PROCESSO Nº 2974/80, com relatório de inspeções realizadas no DER-DF por servidores da Corte, para acompanhamento da Tomada de Preços nº 040/80 — desde a abertura até a celebração do respectivo contrato —, a qual visa à execução do projeto final de engenharia para aumento da capacidade da rodovia BR-70, trecho Taguatinga/Ceilândia, subtrecho km 02 ao km 12.- Em face da regularidade do procedimento licitatório e da legalidade do ajuste firmado, o Tribunal tomou conhecimento dos resultados das inspeções e determinou o retorno dos autos à 3a. ISCE, para os devidos fins.

PROCESSO Nº 3158/80 - Relatório de inspeção a que procedeu na Polícia Militar do DF a Inspetoria-Geral desta Corte.- O Tribunal determinou diligência para os fins indicados no parecer do Relator à fl. 16 — concedendo à PMDF o prazo de 30 (trinta) dias para atendimento.

PROCESSO Nº 117/81 - Balancete da Companhia de Água e Esgotos de Brasília, mês de novembro/80.- Relevando pequeno atraso verificado na remessa do balancete à Corte, o Tribunal dele tomou conhecimento e determinou a baixa do processo à Inspetoria-Geral, para acompanhamento sistemático das operações da entidade e futura contrasteção com suas contas anuais.

PROCESSO Nº 479/81 - Balancete da PROFLORA S/A - Florestamento e Reflorestamento, mês de dezembro/80;

PROCESSO Nº 593/81 - Balancete da Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do DF, mês de dezembro/80;

PROCESSO Nº 615/81 - Balancete do Departamento de Estradas de Rodagem do Distrito Federal, mês de janeiro/81.

.- O Tribunal tomou conhecimento e determinou a baixa dos processos à Inspetoria-Geral, para acompanhamento sistemático das operações das entidades e futura contrasteação com suas contas anuais.

PROCESSO Nº 564/81 - Nota de empenho nº 029/81 e outras, emitidas pela Região Administrativa III - Taguatinga.- O Tribunal decidiu considerar correta a classificação das despesas.

Encerrada a fase de julgamento de processos, o Conselheiro JOSÉ PARSIFAL BARROSO, declarando-se sensibilizado pelas referências altamente elogiosas que ouviu de ilustres participantes do XI Congresso dos Tribunais de Contas do Brasil sobre o excelente desempenho da delegação desta Corte, propôs que, por um dever de justiça, se registrasse em ata o louvor do Plenário àqueles que tanto dignificaram a participação do Tribunal no Congresso.

Ao Presidente GERALDO FERRAZ, louvor pela exemplar atuação como chefe da delegação, por suas intervenções em Plenário e pela Presidência da Comissão Especial.

Ao Conselheiro JOSÉ WAMBERTO, felicitações por sua recondução ao cargo de Secretário Executivo do Centro de Coordenação dos Tribunais de Contas do Brasil e louvor pela diligente e hábil atuação em todas as fases de realização do XI Congresso.

Ao Conselheiro ROGÉRIO NUNES e ao Conselheiro-Substituto RAIMUNDO DE MENEZES VIEIRA, do qual foi aprovado o parecer sobre a tese apresentada pelo Tribunal de Contas do Município do Rio de Janeiro, louvor pela eficiente atuação nas comissões e em Plenário.

À Procuradoria-Geral e a cada um de seus membros, louvor pela inestimável contribuição oferecida ao Congresso, seja através das teses apresentadas e aprovadas, seja pelo infatigável trabalho desenvolvido nas comissões e nas reuniões plenárias.

O Conselheiro JOSÉ WAMBERTO, o Conselheiro-Substituto RAIMUNDO DE MENEZES VIEIRA e a Procuradora-Geral Dra. ELVIA LORDELLO CASTELLO BRANCO, considerando que a generosidade do Conselheiro JOSÉ PARSIFAL BARROSO motivara suas palavras no que lhes dizia respeito, concordaram, entretanto, que, realmente, foi muito dedicada e proveitosa a atuação dos representantes desta Corte no Congresso — notadamente a conduta hábil e sábia do Conselheiro JOSÉ PARSIFAL BARROSO como relator da matéria referente ao fortalecimento dos Tribunais de Contas, de modo a merecer registro na ata da reunião da Comissão Especial: "Solicitou a palavra o Conselheiro JOSÉ WAMBERTO bem assim o Conselheiro AÉCIO MENUCCI, que teceram comentários elogiosos ao trabalho do Conselheiro JOSÉ PARSIFAL BARROSO, e este dividiu com os colegas os elogios recebidos."

Para o Conselheiro RAUL SOARES DA SILVEIRA e o Auditor MODESTO MARQUES DE OLIVEIRA, que deixaram de integrar a representação da Corte, não constituiu surpresa a brilhante participação dos componentes da delegação do Tribunal, já que conhecem bem o alto nível de seu saber e espírito público.

O Senhor Presidente, agradecendo as referências feitas ao seu desempenho no Congresso, disse reconhecer que foi muito útil e destacada a contribuição oferecida pelos demais membros da delegação da Corte.

Propôs Sua Excelência, com apoio do Plenário, que se enviassem felicitações ao Ministro MÁRIO PACINI, do Tribunal de Contas da União, pela bela conferência proferida durante o Congresso e por sua lúcida posição contra a criação dos Conselhos de Contas.

A seguir, o Senhor Presidente propôs e justificou, com a aprovação do Plenário, a inserção em ata de um voto de pesar pelo falecimento do Dr. MARCOS TAMOYO, ex-Prefeito do Rio de Janeiro, excelente administrador, homem público culto e probo; far-se-á comunicação da homenagem à família enlutada, ao Governador do Estado do Rio de Janeiro, à Prefeitura e à Câmara de Vereadores da Cidade do Rio de Janeiro.

Nada mais havendo a tratar, às 18:00 horas o Senhor Presidente declarou encerrada a Sessão. E, para constar, eu, ALBERTO XAVIER DE ALMEIDA, Secretário das Sessões, lavrei a presente ata, que, depois de lida e achada conforme, vai assinada pelo Presidente, Conselheiros e Procuradora-Geral.

GERALDO FERRAZ
JOSÉ WAMBERTO
JOSÉ PARSIFAL BARROSO
RAUL SOARES DA SILVEIRA
RAIMUNDO DE MENEZES VIEIRA
MODESTO MARQUES DE OLIVEIRA
ELVIA LORDELLO CASTELLO BRANCO

EDITAIS, AVISOS E DECLARAÇÕES

GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE SERVIÇOS PÚBLICOS
SOCIEDADE DE TRANSPORTES COLETIVOS DE BRASÍLIA LTDA

AVISO

A SOCIEDADE DE TRANSPORTES COLETIVOS DE BRASÍLIA LIMITADA — TCB, às 10:00 horas, do dia 07 de maio de 1981, em sua séde no Setor de Garagens Oficiais, Quadra 06 — Lote Único, telefone nº 223-6153, nesta Capital, receberá propostas para aquisição de macacões para os servidores desta sociedade.

O Edital e demais elementos encontram-se à disposição dos interessados na Sala de Reuniões do Serviço de Compras da TCB, no endereço acima mencionado.

Brasília, 09 de abril de 1981.

ARISTIDES CÂNDIDO DE OLIVEIRA
Presidente da C.P.L.

GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
CONSELHO PENITENCIÁRIO DO DISTRITO FEDERAL

COMISSÃO DE LITAÇÃO

AVISO

EDITAL DE TOMADA DE PREÇOS N° 01/81-CPDF, PARA EXECUÇÃO DE COMPOSIÇÃO, REVISÃO E IMPRESSÃO DA "REVISTA DO CONSELHO PENITENCIÁRIO DO DISTRITO FEDERAL" – ANO XVII – JUL/DEZ/80 – N° 41.

DATA: 22.04.81 **HORÁRIO: 15:00 horas**

O PRESIDENTE DA COMISSÃO DE LICITAÇÃO DO CONSELHO PENITENCIÁRIO DO DISTRITO FEDERAL, torna público, para conhecimento dos interessados, que na data e horário acima indicados, na sala de reuniões situada no 3° andar, do Edifício do Palácio do Buriti, sala 305, nesta Capital, reunir-se-á a referida Comissão, a fim de receber documentação e proposta de interessados no fornecimento do material, objeto do Edital epigrafado.

Cópias dos Editais poderão ser obtidas no endereço acima mencionado, no horário de 15:00 às 18:00 horas.

Brasília, 1° de abril de 1981

HENRIQUE DE AZEVEDO NETTO
Presidente da Comissão de Licitação

GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE FINANÇAS
DEPARTAMENTO DA RECEITA

EDITAL Nº 13/81-DRS

O DIRETOR DA DIVISÃO DA RECEITA DE SOBRADINHO, DO DEPARTAMENTO DA RECEITA/SEF, considerando que se esgotaram as formas indicadas nos incisos I e II do artigo 246 da Lei 4.191/62, sem que se localizasse a firma GRAÇA MARIA MITOSO DA SILVA, no endereço abaixo mencionado (constante do Cadastro Fiscal), caracterizando-se desta forma desconhecido e incerto o seu domicílio fiscal – TORNA PÚBLICO a lavratura do Auto de Infração e Apreensão n° 11868, de 19 de dezembro de 1980, assim caracterizado: Aos dezenove dias do mês de dezembro do ano de 1980, na Divisão da Receita de Sobradinho, onde me achava no exercício de Fiscalização de Tributos do Distrito Federal, verifiquei que a firma GRAÇA MARIA MITOSO DA SILVA, inscrição n° 07069057-0, estabelecida na Quadra 08, Bloco 22, Lote 02, Sobradinho-DF, com negócio de Confeitaria e Sorveteria, infringiu o disposto nos artigos 80, 82, item VII, e 118, parágrafo único, do regulamento aprovado pelo Decreto n° 3.992 de 13.12.77, pela constatação das seguintes irregularidades: 1ª – Deixou de recolher o ICM, no valor de Cr$ 44.400,00 (quarenta e quatro mil e quatrocentos cruzeiros), referente aos exercícios de 1.979 e 1980, tudo de acordo com os demonstrativos de levantamento fiscal em anexo, que fazem parte integrante deste Auto. 2ª – Paralisou a atividade comercial sem requerer a baixa de inscrição dentro do prazo legal.

Pelo que lavrei o presente Auto de Infração e Apreensão em 04 (quatro) vias assinado por mim, LUIZ CARVALHO PONTES, Fiscal de Tributos. Desta forma CIENTIFICO a infratora qualificada de que dispõe de 20 (vinte) dias para apresentar defesa escrita acompanhada das provas que entender necessárias, conforme preceituam os artigos 247, item III, e 252 da Lei 4.191/62. Em não o fazendo no prazo legal, será declarada REVEL e os autos conclusos à Primeira Instância para Julgamento.

Brasília-DF., 01 de abril de 1981

FABIO TEIXEIRA ALVES
Divisão da Receita de Sobradinho
Diretor

GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE VIAÇÃO E OBRAS – NOVACAP
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

AVISO

TOMADA DE PREÇOS N° 016/81-CPL; PARA EXECUÇÃO TOTAL, SOB O REGIME DE EMPREITADA POR PREÇO GLOBAL, DO GALPÃO AUTOMÁTICO PARA AVICULTURA E POSTURA DO COLÉGIO AGRÍCOLA DE BRASÍLIA, EM PLANALTINA – DISTRITO FEDERAL.

Chamamos a atenção das empresas regularmente registradas na Comissão Permanente de Licitação/NOVACAP, ou portadoras do Certificado de Regularidade Jurídico-Fiscal – CRJF., e que obedeçam às prescrições contidas no Edital para a licitação em epígrafe, que será realizada às 10:30 horas do dia 23 de ABRIL de 1981, na sala de licitações no 1° andar do Bloco "B" do Conjunto Sede da NOVACAP.

O Edital encontra-se à disposição dos interessados, na Comissão Permanente de Licitação/NOVACAP, no 1° andar do Bloco "B" do Conjunto-Sede da Companhia, situado no Setor de Áreas Públicas – SAP.

Brasília, 09 de abril de 1981
ALTIMIRA DE OLIVEIRA
Presidente da CPL

GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE VIAÇÃO E OBRAS – NOVACAP
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

AVISO

TOMADA DE PREÇOS N° 021/81-CPL, PARA EXECUÇÃO TOTAL, SOB O REGIME DE EMPREITADA POR PREÇOS UNITÁRIOS DA DUPLICAÇÃO DA VIA DE LIGAÇÃO EIG/HCE-2, EM BRASÍLIA – DISTRITO FEDERAL.

Chamamos a atenção das empresas regularmente registradas na Comissão Permanente de Licitação/NOVACAP, ou portadoras do Certificado de Regularidade Jurídico-Fiscal – CRJF, e que obedeçam às prescrições contidas no Edital para a licitação em epígrafe, que será realizada às 08:30 horas do dia 23 de abril de 1981, na sala de licitações, no 1° andar do Bloco "B" do Conjunto Sede da NOVACAP.

O Edital encontra-se à disposição dos interessados, na Comissão Permanente de Licitação/NOVACAP, no 1° andar do Bloco "B" do Conjunto-Sede da Companhia, situado no Setor de Áreas Públicas-SAP.

Brasília, 08 de abril de 1981

ALTIMIRA DE OLIVEIRA
Presidente da CPL

GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE SAÚDE
FUNDAÇÃO HOSPITALAR DO DISTRITO FEDERAL

AVISO

TOMADA DE PREÇOS Nº 039/81

A FUNDAÇÃO HOSPITALAR DO DISTRITO FEDERAL torna público que fará realizar às 10:30 horas do dia 29/04/81, licitação para aquisição de: aparelho de anestesia móvel, aparelho para fototerapia, aparelho de raio-X, aspirador cirúrgico, aspirador elétrico de alta tensão, autoclave horizontal cilíndrico, balança de adulto, balança de criança, bisturi elétrico, equipo-odontológico, processadora para radiografias, refrigerador, ordenha de leite materno e outros equipamentos hospitalares.

O edital, seu anexo e esclarecimento necessários poderão ser obtidos na Seção de Compras-Divisão de Material, Edifício das Pioneiras Sociais – SMHS, nos dias úteis das 14:00 às 18:00 hs.

Brasília, 09 de abril de 1981

NELSON TRANCOSO MEIRELLES
Comissão Permanente de Licitação
Presidente

(Dias, 13, 14 e 15)

GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO DE RECURSOS HUMANOS

EDITAL Nº 068/81-IDR

A SUPERINTENDENTE DO INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO DE RECURSOS HUMANOS-IDR, no uso das atribuições que lhe confere o art. 22, inciso XXXIV, do Regimento Interno do IDR, resolve prorrogar para 20.04.82, a validade do Concurso Público para AUXILIAR DE ESCRITA do Banco Regional de Brasília, conforme Edital n° 008/79-IDR, publicado no Diário Oficial do Distrito Federal n°12, de 17.01.79.

Brasília 08 de abril de 1981

WANDA DE MELLO LÔBO ROCHA
Superintendente

GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE SAÚDE
FUNDAÇÃO HOSPITALAR DO DISTRITO FEDERAL

AVISO

TOMADA DE PREÇOS Nº 41/81

A FUNDAÇÃO HOSPITALAR DO DISTRITO FEDERAL, torna público que fará realizar às 09:00 hs do dia 29 04 81, licitação para aquisição de: cânula artério-venosa, equipo arterial, dializador ultra-flo II, concentração para solução de diálise, agulha tipo Batterfey, dializador para ultrafiltração, equipo venoso, agulha 15G x 3,8 cm, segmento esquerda, ponta teflor, adaptador de cânula arteriovenosa, solução de hemodiálise, solução para diálise e outros materiais.

O edital, seu anexo e esclarecimentos necessários, poderão ser obtidos na Seção de Compras Divisão de Material, Ed. das Pioneiras Sociais — SMHS nos dias úteis das 14:00 às 18:00 hs.

Brasília, 09 de abril de 1981

NELSON TRANCOSO MEIRELLES
Comissão Permanente de Licitação
Presidente

(Dias, 13, 14 e 15)

GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO DE RECURSOS HUMANOS

EDITAL Nº 067/81-IDR

A SUPERINTENDENTE DO INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO DE RECURSOS HUMANOS-IDR, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 22, inciso V, do Regimento do IDR, aprovado pelo Decreto nº 3.122, de 31 de dezembro de 1975, torna públicas as Instruções Reguladoras dos Cursos de Legislação de Pessoal.

1. OBJETIVO

Interpretar a legislação pertinente à área de pessoal.

2. CLIENTELA

Técnicos que atuam na área de pessoal.

3. INSCRIÇÃO

3.1 — Poderão inscrever-se interessados de Órgãos e Entidades do Distrito Federal, da Esfera Federal e de Organizações da Área Privada.

3.2 — Uma pré-inscrição deverá ser feita pelos interessados através do preenchimento de ficha própria, constante de folheto de divulgação, cujos exemplares serão encaminhados às Organizações pelo Setor de Relações Públicas do IDR ou poderão ser solicitados ao referido Setor.

3.3 — O encaminhamento da ficha de pré-inscrição ao IDR deverá ser feito até o dia 09.04.81, em se tratando de opção pelo Curso nº 01 81, ou até o dia 08.05.81, em se tratando de opção pelo Curso nº 02 81.

3.4 — O Núcleo de Desenvolvimento de Pessoal do IDR selecionará os candidatos pré-inscritos, de acordo com as exigências quanto à clientela e critérios outros a serem estabelecidos, confirmando, previamente, as inscrições dos se ecionados.

3.5 — Dos candidatos não pertencentes a Órgãos da Administração Direta do Distrito Federal exigir-se-á, para a confirmação da inscrição dos selecionados, o pagamento da taxa de inscrição até 3 (três) dias úteis, antes do início da atividade, para que lhes seja assegurado o direito às vagas.

3.6 — O valor da taxa de inscrição para pessoa física ou jurídica é de Cr$ 4.000,00 (quatro mil cruzeiros) por participante.

3.7 — Será cobrada a taxa de Cr$ 3.500,00 (três mil e qunhentos cruzeiros) por participante, quando forem efetuadas, pela mesma pessoa jurídica, mais de 05 (cinco) inscrições.

3.8 — O pagamento da taxa de inscrição será efetuado diretamente na Tesouraria do IDR ou através do encaminhamento de nota de empenho a este Instituto.

4. SISTEMÁTICA

4.1 — Os cursos, de caráter teórico-prático, serão ministrados por Técnicos em Legislação Trabalhista e Previdência Social que se utilizarão de:
— aulas expositivas;
— participação ativa dos treinandos na elaboração de documentos;
— pesquisa em legislação específica;
— estudo de casos;
— debates.

4.2 — O conteúdo programático dos cursos será detalhado no Plano de Trabalho Pedagógico.

4.3 — Será exigida do participante a freqüência mínima de 80% (oitenta por cento) às atividades programadas para o Curso.

4.4 — A avaliação dos Cursos será realizada sob as óticas do Treinando, do Instrutor e do Coordenador.

5. DURAÇÃO, HORÁRIO E LOCAL

5.1 — Cada Curso será desenvolvido na sede do IDR, abrangendo uma carga horária de 80 (oitenta) horas-aula.

5.2 — Os Cursos desenvolver-se-ão de acordo com o seguinte cronograma:
Curso nº 01 81 — de 22.04.81 a 20.05.81; das 8h 15min às 11h 45min;
Curso nº 02 81 — de 25.05.81 a 22.06.81 das 8h 15 min às 11h 45 min

6. DISPOSIÇÕES GERAIS

6.1 — Todos os avisos relativos aos Cursos serão divulgados pelo IDR, através do Diário Oficial do Distrito Federal.

6.2 — Serão expedidos certificados aos participantes que atenderem às exigências constantes deste Edital.

6.3 — Os casos omissos serão resolvidos pela Superintendente do IDR.

Brasília, 08 de abril de 1981
WANDA DE MELLO LÔBO ROCHA
Superintendente

IPTU E ISS

Regulamentos baixados pelos Decretos nºs 3.521 e 3.522.

de 28 de dezembro de 1976

Publicados no suplemento do

DIÁRIO OFICIAL DO DISTRITO FEDERAL

de 30.12.76

Formato pequeno de fácil manuseio.

A VENDA

No andar térreo do Anexo do Buriti

Seção de Distribuição do DODF

Preço Cr$ 20,00

ATO REGIMENTAL Nº 9/80

DO

TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

Consolida e estabelece normas para o controle externo da Administração do Distrito Federal

À VENDA
Seção de Distribuição do DODF

Ed. Anexo do Palácio do Buriti
Térreo — Sala 114

PREÇO: Cr$ 10,00